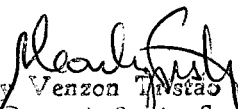


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A OUTRA FACE DA VIOLÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Assistente Social, orientado pela Professora Geney M. K. Takaschima.

Aprovado em
29/09/98


Marly Venzon
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Heliane de Lima

FLORIANÓPOLIS, 1998

Dedico este trabalho a pessoa mais importante da minha vida, a quem admiro muito pela sua grande garra, força e intensa dedicação.

Agradeço por estar presente em todos os momentos, tornado-se peça fundamental nesta caminhada.

Pessoa esta, que além de ser uma grande amiga, companheira é acima de tudo uma GRANDE MÃE.

AGRADECIMENTOS

A Professora Geney M. K. Takaschima, pela sua orientação e importante contribuição.

A Marli Palma Souza, pela sua grande disponibilidade, atenção e significativo apoio na elaboração deste.

A supervisora de estágio, Professora Regina Célia Tamaso Mioto e Assistente Social Vilma de Oliveira Schneider, pela grande contribuição no processo de formação profissional.

Ao CNPq, por possibilitar a realização desta pesquisa.

As colegas de turma e de estágio, pela companhia, incentivo, apoio, amizade e troca de conhecimentos.

A toda minha família, sempre presente em todos os momentos de minha vida, em especial a minha cunhada Ana Carla, pela grande colaboração e intensa disponibilidade para revisão deste trabalho.

Ao meu namorado Marcelo, pessoa muito especial em minha vida, pelo companheirismo, compreensão e apoio em todos os momentos e também por não medir esforços para incentivar e contribuir para a realização deste trabalho.

As famílias pesquisadas, pois sem elas não realizaríamos este trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	06
-------------------	----

CAPÍTULO I

VIOLÊNCIA & SUBORDINAÇÃO.....	09
--	-----------

1- Trajetória histórica do processo de subordinação.....	09
---	-----------

2 - A prática feminista, o processo de emancipação da mulher e a luta contra a violência.....	14
--	-----------

3 - Os estudos de gênero - Um outro olhar sobre a questão.....	22
---	-----------

3.1 - A violência relacional.....	24
-----------------------------------	----

3.2 - A queixa como “arma” feminina.....	29
--	----

4 - Aproximações com a violência.....	32
--	-----------

CAPITULO II

O SERVIÇO SOCIAL NO EMAJ FRENTE A VIOLÊNCIA RELACIONAL.....	37
--	-----------

1 - EMAJ - O contexto institucional do estudo.....	37
---	-----------

2 - Estudo propriamente dito.....	41
--	-----------

2.1 - Dados comparativos em comum entre os casos.....	55
3 - A renegociação do pacto conjugal.....	58
4 - Implicações para a prática do Serviço Social.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXOS.....	67

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado de nossa prática desenvolvida no período de agosto de 1996 à dezembro de 1997, no Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ), situado na Universidade Federal de Santa Catarina e que proporciona campo de estágio aos acadêmicos dos cursos de Direito e aos de Serviço Social que se vinculam ao Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família.

A escolha do tema - *A outra face da violência* - se deu pelo fato de estarmos estagiando em um local em que atendíamos um número considerável de demandas que envolviam a violência.

O nosso principal objetivo com este trabalho é poder apresentar outra forma de analisar a violência, sem nos determos apenas a ótica do feminismo que considera a mulher *vítima* da violência. Desejamos abordar o tema da violência segundo os estudos de gênero, bem como, pontuar algumas implicações para o Serviço Social que advém da maneira de encarar a violência doméstica, como relacional.

Salientamos que esta pesquisa será apenas um recorte diante das múltiplas questões que envolvem a família e crises familiares.

Esperamos que este estudo possa contribuir com subsídios para novas formas de intervenção.

O estudo está composto de duas partes, Capítulo I e Capítulo II. No primeiro capítulo - *Violência & Subordinação*, procuramos contextualizar a violência sob a ótica do feminismo na qual a mulher é considerada sempre vítima da violência. Posteriormente, nos propomos a mostrar a outra face da violência à luz dos estudos de gênero, onde a violência é vista como relacional, ou seja, que ambos tem participação ativa na relação. Este estudo explora um estilo novo de se analisar a violência.

Abordaremos, ainda neste capítulo, a utilização da queixa como “arma feminina”.

No segundo capítulo - *O Serviço Social no EMAJ frente a violência relacional* - serão apresentados estudos de caso analisando entrevistas de três atendimentos, a partir do referencial teórico sob a perspectiva de gênero, utilizando a metodologia Estudo de Caso.

Abordaremos também o tema *A renegociação do pacto conjugal*, um dos objetivos visados pelo Serviço Social no EMAJ.

E para finalizar, apresentamos as implicações para o Serviço Social, dessa forma particular de encarar a violência e concluindo com algumas reflexões à guisa de considerações finais.

CAPÍTULO I

VIOLÊNCIA & SUBORDINAÇÃO

1 - Trajetória histórica do processo de subordinação da mulher

Desde a antigüidade as mulheres passaram por processos de discriminação, dominação e inferioridade, sempre legitimados e vistos com naturalidade, como parte constituinte da vida da mulher. Estes processos apesar de algumas mudanças, ainda continuam fazendo parte da realidade das mulheres na atualidade.

Para que possamos falar sobre a violência contra a mulher é de suma importância associá-la aos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que contribuíram para a submissão e inferioridade da mulher perante ao homem.

Segundo Saffioti (1987) calcula-se que o homem tenha estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios, e os fatores contribuintes em que se observa esta dominação são múltiplos.

Na Idade Média quem detinha o poder total sob a família era o homem. As mulheres, submissas, não possuíam liberdade alguma de escolha, nem com relação a seus companheiros, pois quem fazia o "negócio", os casamentos, eram seus pais visando sempre os benefícios e conveniências.

A fé, desde o princípio da humanidade se tornou muitas vezes, um instrumento legitimador da subordinação feminina. Sempre usada como um caminho na busca por verdades absolutas, atua sobre a mulher que, inconscientemente, não se deixa questionar o que é passado através das palavras da Bíblia, livro religioso que serve de fundamento para quase todas as religiões.

Na Bíblia, podemos encontrar diversos exemplos da dominação do homem perante mulher. No livro de Efésios vemos o seguinte :

"As mulheres sejam submissas a seus próprios maridos, como ao senhor, porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo salvador do corpo" (EFÉSIOS - 5, 22 - 23).

As igrejas nos dias de hoje, apesar de alguns avanços, ainda reforçam o papel de sujeição da mulher através de discurso retrógrados, com relação a sexualidade, moral e maternidade, que não condizem com a realidade atual.

A educação diferenciada recebida por ambos os sexos é também uma forma de explicitar a inferioridade social da mulher, pois desde o nascimento meninos e meninas assumem papéis estabelecidos culturalmente pela sociedade.

As meninas tratadas de forma fragilizada são vistas como emotivas e inseguras, enquanto que os meninos recebem atribuições de "chefes de casa", sendo educados para ingressar no mercado de trabalho, ocupar o espaço público e comandar a família. Com a diferenciação de papéis atribuídos, os homens passam a ter privilégios perante as mulheres e a obterem destaques no espaço social.

Para Saffioti (1987), o macho é considerado provedor das necessidades da família, ainda que sua mulher possa trabalhar remuneradamente, contribuindo dessa forma, para o orçamento doméstico. A mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela educação e criação dos filhos, por isso cabe ao homem ganhar o maior salário a fim de desempenhar bem a sua função de chefe.

Desde a época econômica pré-capitalista, onde não havia uma mentalidade empresarial que visasse somente os lucros, as mulheres indiretamente sempre estiveram inseridas na produção e contribuíram para a subsistência da família, mas estes trabalhos não eram reconhecidos, pois não possuíam qualquer direito salarial ou benefício social.

Segundo Saffioti (1987) a participação da mulher na camadas trabalhadoras era ativa, pois trabalhavam nos campos, nas minas e nas lojas, teciam, fiavam e ainda realizavam outras tarefas domésticas.

A mulher somente começa a fazer parte do espaço público na sociedade capitalista, na época da revolução industrial, onde houve um aumento da produção em vários setores, grande surgimento de máquinas e um processo de urbanização que fez necessário o aumento da mão de obra, que foi suprida além dos homens, também por mulheres, crianças e adolescentes.

Diante deste contexto, as mulheres começaram a ser lançadas ao mercado de trabalho industrial e passaram a exercer uma dupla jornada, a do trabalho doméstico e a do trabalho assalariado.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho industrial foi mais uma forma de exploração e subordinação feminina, já que a intenção dos capitalistas burgueses era gerar lucro rápido. Para isso exigiram das mulheres o máximo de produção, estendendo a jornada de trabalho e reduzindo os custos salariais, pois as mulheres recebiam remuneração inferior aos homens.

Segundo Einsenstein *apud* Veizzer (1989) a burguesia, como classe, se beneficia da disposição básica do trabalho das mulheres da mesma forma que os homens, como indivíduos, se beneficiam do trabalho que as mulheres fazem para eles dentro de casa.

✕As mulheres enfrentam a subordinação, marginalização e discriminação diariamente. Se sujeitam a trabalhar por salários inferiores, cargos inferiores e setores informais. São consideradas, muitas vezes, como incapazes de exercerem

determinados tipos de profissão, como a área da política por exemplo que é composta na grande maioria por homens.

Foi necessário a criação de uma Lei elaborada por Marta Suplicy para que fosse garantido o direito à vagas, para mulheres, na política.

Segundo Brasil (1995) os empregadores preferem as mulheres para trabalharem na área industrial, por uma série de razões discriminatórias: as mulheres são de um modo geral, consideradas menos qualificadas e aceitam salários menores. Também são consideradas mais dóceis e menos predispostas a se organizarem em função de seus direitos trabalhistas.

De acordo com Saffioti *apud* Langley e Levy (1980) em uma discussão feita pela ONU pôde-se constatar que as mulheres representam um terço da força de trabalho mundial, executam dois terços do número de horas trabalhadas, apropriam-se de cerca de dez por cento da renda mundial e detém menos de um por cento da propriedade.

O conceito de inferioridade da mulher perante os homens está ligado também a força física, pois devido a estrutura do corpo masculino o homem obtém certo privilégio perante as mulheres, até mesmo com relação ao mercado de trabalho, pois existem certos tipos de trabalhos que exigem força física excluindo, na grande maioria, as mulheres que são vistas, mesmo não sendo, como fracas e incapazes.

"Em sociedades de tecnologia rudimentar, ser detentor de grande força física constitui, inegavelmente, uma grande

vantagem. Em sociedades onde as máquinas desempenham as funções mais brutas, que requerem grande força, a relativa incapacidade de levantar pesos e realizar movimentos violentos não impede qualquer ser humano de ganhar seu sustento, assim como o de seus dependentes. Rigorosamente, portanto, a menor força física da mulher em relação ao homem não deveria ser motivo de discriminação" (SAFFIOTI, 1987, p 12).

2 - A prática feminista, o processo de emancipação da mulher e luta contra a violência.

As mulheres cansadas de tanta opressão, discriminação, inferioridade, começam na década de 60, através do movimento feminista mundial, a romper com o silêncio que encobria as questões relacionadas ao seu sexo. Diversas questões são expostas e alguns temas de extrema importância, passam a ser debatidos e vistos como um problema social.

A ONU (Organização das Nações Unidas) declara o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e com isso é obtido um considerável avanço com relação as questões da mulher. A partir daí são realizados por toda a América Latina debates, encontros com temas específicos sobre a mulher.

No Brasil, o movimento feminista ganha mais espaço e passa a levantar a bandeira da libertação e luta por igualdades de direitos nos anos 70, reforçado pela proclamação do Ano Internacional Da Mulher em 1975, movimento que até então, encontrava-se restrito, mas que não deixou de ter sua importância e contribuição.

Segundo Langley e Levy (1980), o feminismo no Brasil, cujo nascimento pode ser datado no ano de 1975, não questiona apenas as injustiças de que são objeto as mulheres em geral; debruça-se também sobre questões específicas da realidade brasileira, constituindo, desta forma, uma força social que tende a crescer.

As mulheres unidas por um comum objetivo, combater a submissão e a dominação, fizeram com que viessem a tona problemáticas vividas por estas no cotidiano, que até então eram ocultas e desprezadas pela sociedade. Este processo foi desencadeado por intensas manifestações feministas, pois o objetivo era sensibilizar e mobilizar as mulheres para fortalecer o movimento e conquistar cada vez mais espaços e avanços. Este movimento ganhou espaço na mídia e a utilizava para maior divulgação, mesmo muitas vezes, enfrentando dificuldades.

Os grupos feministas multiplicavam-se e conquistas como, implementação de políticas, conselhos voltados para direitos femininos e leis, passam a fazer parte da realidade destas.

A Constituição Federal de 1988, artigo 5, inciso 1º, que diz: "Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", foi com certeza o maior dos avanços alcançados pelas mulheres, pois abriu caminho para novas conquistas. Posteriormente surgem novas leis que fazem valer os direitos da mulher, tais como:

- Art. 7º Parágrafo XVIII - Licença a gestante, sem prejuízo de emprego e do salário, com duração de 120 dias;
 - Parágrafo XXX - Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade cor ou estado civil;
 - Parágrafo único - São assegurados, à categoria dos trabalhadores domésticos (Este tipo de trabalho é executado na grande maioria por mulheres);
- Salário mínimo;
 - Irredutibilidade salarial;
 - 13º integral;
 - Repouso semanal remunerado;
 - Férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o normal;
 - Licença maternidade de 120 dias;
 - Licença paternidade;
 - Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço;
 - Aposentadoria;
 - Previdência Social.

Diante destas e outras conquistas, que se tornaram direitos da mulher, é que se buscou uma equiparação social, embora ainda esteja longe de nossa realidade atual.

A violência contra a mulher foi uma problemática que os grupos feministas passaram a se deparar intensamente e que começou a ganhar ênfase, no Brasil, a partir da década de 70.

“No final da década de 70, momento de organização do movimento feminista brasileiro, o problema da violência, antes confinado ao espaço doméstico, adquire visibilidade pública ao ser tratado como uma violação de direitos humanos” (BRANDÃO, 1996, p.10).

A partir desta época são criados grupos específicos para discutir a questão da violência. Como exemplo podemos citar os grupos chamados *"Mulheres Profissionais de Direito"* que foram formados em 1980/81 no Rio de Janeiro. Estes grupos visavam acima de tudo conscientizar as mulheres de sua situação, mostrar as várias formas de reivindicação e denúncia. Como bem expressa Gregori (1993, p. 14):

"O objetivo da prática de conscientização com mulheres vítimas de violência é, por um lado, despertá-las para o fato de que são oprimidas; e, por outro, estimular a solidariedade entre elas, de forma que possam superar os seus problemas”.

O ápice do movimento contra a violência sofrida pelas mulheres foi no início da década de 80, onde começam a ser denunciadas pelos grupos feministas as atrocidades a qual eram submetidas. Estes grupos começam a se fortalecer conquistando espaços como Delegacia de Mulheres e SOS's.

Em julho de 1980, 23 grupos feministas decidem criar o Dia Internacional da Luta contra a Violência à mulher. A partir desta data é criado o SOS

MULHER em São Paulo e posteriormente em outras cidades. Mais tarde começam a ser criadas as Delegacias de Mulheres.

Segundo Grossi (1994) os SOS's, grupos de atendimento gratuitos às mulheres, cumpriram um papel fundamental contra a violência, mas tiveram vida curta e acabaram sendo desativados. A maior parte dos SOS's existiram apenas entre 1981 e 1983.

A primeira Delegacia para atendimento à mulher foi criada em 6 de agosto de 1985 em São Paulo, sendo também a primeira do mundo. Esta, servindo de exemplo e referência, abriu caminho para abertura de outras delegacias. Em 27 de setembro de 1985 foi inaugurada em Florianópolis a 2ª Delegacia da Mulher do país, durante o governo de Esperidião Amim.

A questão da violência passa a ganhar mais campo de discussão, contribuindo para uma maior conscientização e esclarecimento por parte das mulheres que passam a procurar as Delegacias.

Para Knabben (1992) as delegacias de atendimento a mulher são o primeiro passo em busca de ajuda legal para o combate à violência.

As Delegacias especializadas atendem qualquer tipo de violência contra a mulher e o objetivo é dar proteção e orientação.

Uma pesquisa realizada nas Delegacias da Mulher do Estado de São Paulo, editada no jornal "A Folha de São Paulo" em 03 de janeiro de 1998, sob o tema "Denunciar é a Solução", revela que as delegacias do Estado registram

4.000 queixas, entre elas estupros, atentados violentos ao pudor, injúrias, constrangimentos etc. Revela ainda, que as mulheres das classes mais baixas é que fazem 70% das notificações. Acabam denunciando “por falta de outras armas”, elas não tem mais a quem recorrer. Então, vão à polícia.

A violência caracterizada “doméstica”, é aquela que ocorre dentro dos lares e na maioria das vezes pode permanecer invisível. Dos 4.000 registros, calcula-se que 80% sejam crimes praticados dentro de casa. Nesses casos a polícia só consegue punir o agressor quando tem a cumplicidade de algum parente. Segundo a delegada, o denunciante, nesses casos, é algum familiar que não mora na mesma casa da vítima.

Nos últimos anos as denúncias de violência vem aumentando consideravelmente. Em uma pesquisa realizada em 1995 em cinco hospitais de Denver no Colorado - E.U.A., estima-se que de 22 a 35% de todos os atendimentos hospitalares de mulheres com mais de 18 anos foram resultantes da violência doméstica, mas somente 5% dessas agressões são identificadas pelo médico ou auto-relatadas.

Jean Abbot e Cols., médicos de pronto-socorro, freqüentaram durante um ano, por período de 4 horas, cinco hospitais de Denver, no Colorado, entrevistando e aplicando questionários a 648 mulheres (idade média de 34 anos), sendo 62% desempregadas e 49% com renda menor que 10 mil dólares anuais. Das 418 mulheres que viviam com parceiro fixo, 47 (11,7%) relataram sofrer

violência doméstica, mas somente 6 (1,13%) delas denunciaram essa violência. Das 230 que não viviam com parceiro fixo, 13 (5,6%) relataram casos de violência.

Das mulheres sujeitas a violência doméstica, 26% já tentaram suicídio (contra 8% das mulheres que não sofreram violência doméstica) e 24% fazem uso regular de álcool (contra 13% das que não sofreram violência doméstica). Os autores concluíram que a amostragem de incidência da violência doméstica não foi tão grande quanto se supunha. Dos 60 casos observados, os médicos e enfermeiros somente registraram dois casos, apesar de 10 casos terem sido informados espontaneamente. (JAMA, 1995; 273:1763).

Uma outra pesquisa realizada em Florianópolis, na Delegacia de Polícia da capital, Setor de Proteção à Mulher, também pode comprovar o aumento do número de denúncias, através dos registros de ocorrência.

Nº DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO SETOR DE PROTEÇÃO À MULHER DESDE SUA ABERTURA EM SETEMBRO DE 1985.

ANO	Nº REGISTROS	ANO	Nº REGISTROS
1985	144	1992	1460
1986	778	1993	1354
1987	621	1994	1874
1988	703	1995	2141
1989	799	1996	2559
1990	765	1997	2787
1991	1415	1998	1084 (até 6 maio)

Estes registros, envolvem desde a violência sexual, até abandono material, ou seja, lesão corporal, ameaça, invasão de domicílio, perseguição, embriaguez, cárcere privado, racismo, rapto, estelionato, calúnia, injúria, ofensas, etc.

A violência contra a mulher é um problema mundial e pode ser definida e entendida sob diversos prismas.

"A violência se dá a partir do poder e controle que o homem consegue manter sobre a mulher, fruto de uma sociedade machista" (SILVA, 1993: p.13).

Para Knabben (1992, p.40),

"A violência física é a expressão máxima de agressão e dominação do homem, sobre a mulher, sustentada pela superior força muscular do mesmo".

A violência contra a mulher pode ser analisada sob a ótica do feminismo, que embasa os conceitos acima citados e que culpabiliza o homem pelo ato de agressão e violência. Essa maneira de encarar a questão, tende a defender a visão de que as mulheres são **sempre** vítimas da violência masculina.

Gregori (1998), apresenta uma perspectiva diferente ao conceituar a violência:

"A violência faz parte de um jogo relacional onde haverá sempre uma cena que preparará a guerra".

Neste prisma a violência é analisada sob o enfoque dos estudos de gênero, assunto no qual iremos tratar no item a seguir deste trabalho; que descaracteriza papéis fixos, "agressores" e "vítimas", nas relações conjugais e passa a vê-los como papéis complementares.

3 - Os estudos de gênero - Um outro olhar sobre a questão.

O conceito de gênero foi forjado do inglês *gender* e é utilizado em diversas áreas, sendo que é com a Antropologia que este conceito é levado para o campo de estudos sobre a mulher.

Para a construção do conceito nas relações Homem/Mulher fez-se necessário um estudo comparativo de culturas pois desta forma pode mostrar que os comportamentos considerados masculinos ou femininos variam de uma cultura para outra.

Para Brasil (1995) gênero em uma visão geral, é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, que não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico.

O sexo biológico de uma pessoa é dado pela natureza, sendo que o gênero é construído.

"Os papéis de gênero são aprendidos. Eles diferem de uma sociedade para outra e variam de acordo com a época"
(BRASIL, 1995, p.15).

A nossa sociedade é impregnada de privilégios e atributos que são socialmente determinados. Os diferentes papéis atribuídos sempre foram concebidos para os homens e mulheres sob a forma de imposição. Conforme Brasil (1995), este fenômeno que acontece em nossa sociedade é conhecido como papéis de gênero: o modo de ser e de interagir como mulheres e homens, são

moldados pela história, ideologia, cultura, religião e pelo desenvolvimento econômico.

A proposta de análise sob a ótica de gênero opera com a premissa de que é necessário envolver os homens na promoção dos interesses das mulheres e que ambos devem participar do processo de seu próprio desenvolvimento, devendo existir um acordo entre seus interesses. Diante dessa perspectiva se busca primordialmente a quebra dos estereótipos impostos pela sociedade.

É de suma importância que mulheres e homens sejam vistos e analisados sob o contexto relacional e não de forma unilateral.

Segundo Grossi (1990), os primeiros estudos sobre a condição feminina, que datam os anos 70/80, foram muito influenciados pelo discurso do movimento feminista, tendo como resultado o isolamento da mulher no contexto relacional. Desta forma, o feminismo influenciou radicalmente a perspectiva dos estudos que envolvem a mulher, sob a perspectiva de alegação de que as mulheres tinham sido esquecidas pela história e de que quem deveria falar das mulheres eram elas próprias. Esta análise, sob a ótica do feminismo, tem como foco central as mulheres, sendo que os homens são vistos separadamente da relação.

Diferentemente do feminismo, que é uma ideologia baseada na supremacia da mulher perante ao homem, os estudos de gênero partem do princípio de que as relações Homem/Mulher se dão de forma relacional e de formas não estanques, mas mutáveis e conjunturais.

Segundo Grossi (1990), o momento onde começa a aparecer o conceito de gênero e haver um uso crescente deste, é quando começa a surgir a preocupação em relativizar o isolamento da condição feminina.

3.1 - A Violência Relacional

Em grande parte dos textos acadêmicos brasileiros a violência é vista unilateralmente sob a perspectiva do feminismo, onde as mulheres são vistas na maioria das vezes como vítimas da violência doméstica e vítimas da opressão masculina.

Mais recentemente, surge um novo tipo de abordagem teórica que busca enfocar a violência à luz dos estudos de gênero, sob a qual muda o ponto de vista de análise. Essa é a perspectiva na qual iremos pautar nosso trabalho.

Por ser uma questão ainda recente e pouco abordada por pesquisadores, a violência sob esta perspectiva começa a ganhar espaço vagarosamente. Estudos vem surgindo e esta visão começa a ser explorada e divulgada na tentativa de difundir a violência sob outro prisma. A prova, é uma importante reportagem divulgada no dia 12 de Agosto de 1998, através de uma das revistas de maior circulação no país, a Revista Veja:

SOCORRO DE MULHER. ESTUDO MOSTRA QUE EM BRIGA DE CASAL ELAS TAMBÉM PARTEM PARA A VIOLÊNCIA

Quando, nos idos de 1991, a então primeira-dama de Alagoas, Denilma Bulhões, brandia a toalha molhada contra o marido,

Geraldo, ela estava simplesmente pondo para fora, com vigor, a agressividade natural das mulheres. Sim, é isso mesmo, pelo menos de acordo com as conclusões de uma ampla pesquisa sobre violência física entre homens e mulheres apresentadas há duas semanas pelo psicólogo inglês John Archer da Universidade de Lancashire. Com base em depoimentos de milhares de mulheres da Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, e Nova Zelândia, o estudo de Archer põe por terra a idéia de que, quando um casal discute entre quatro paredes, o homem, dominador por natureza e forte por constituição, é quem levanta o braço primeiro. As mulheres apelam para a violência física tanto ou mais que os homens, e suas armas não são diferentes: chutes, socos, mordidas e até tiros. Como 65% das vítimas de briga de casal que buscam tratamento médico são mulheres, a agressividade feminina permanece mais camuflada nas estatísticas.

As conclusões de Archer viraram, é claro, o grande assunto do encontro anual da Sociedade Internacional de Pesquisa Sobre Agressividade. Seus críticos acreditam que, ao igualar os sexos no quesito violência doméstica, o estudo atenua o drama das mulheres espancadas dentro de casa.

A violência, trabalhada sob esta perspectiva de gênero leva a uma discussão muito rica e muito mais desafiadora para os pesquisadores, pois exige uma visão ampla e principalmente a quebra dos estigmas, rótulos e valores culturais, sendo estes algo tão intrínseco em todos nós.

Nossa proposta nesse trabalho é buscar perceber a violência sob o ângulo relacional, analisando a violência não somente do ponto de vista masculino, mas também percebê-la em outras relações nas quais as mulheres são participantes ativas.

"Ao pensar na violência enquanto ato relacional estamos saindo de um dos principais pressupostos do pensamento feminista tradicional que é o de ver as mulheres em permanente estado de "dominação", ou seja, que toda relação afetiva homem/mulher esconde-se por trás da capa da "subordinação universal da mulher" (GROSSI, 1991, p. 8).

Se a violência for analisada sob o prisma da universalidade da subordinação das mulheres perante os homens, toda explicação sobre o uso da violência recairá sobre o homem, isentando a mulher da relação que a constitui.

Para GROSSI (1990) é necessário trabalhar o feminino e o masculino enquanto formas mutáveis e flexíveis que estão necessariamente subordinadas a questão relacional.

É necessário que se quebre o isolamento e a naturalização da "condição" feminina, de ver sempre a mulher como vítima, e se pense na violência como um ato de comunicação homem/mulher.

Não se pode negar ou desconsiderar todo o processo de submissão da mulher, toda a sua historicidade, pois a violência contra a mulher é um fato comprovado e sem dúvida precisa ser denunciada e cada vez mais a mulher deve lutar pelos seus direitos, mas não podemos generalizar e sempre rotulá-las de frágeis, vítimas, inferiores e sofredoras.

A violência faz parte de um jogo relacional onde homens e mulheres desempenham papéis complementares. Um relacionamento onde não existe vítimas ou cúmplices mas sim papéis nem sempre fixos.

“A violência aparece como uma das saídas da cena da qual a mulher deixa de ser a parceira de um diálogo e passa a ser vítima de uma cena onde se dá um perverso jogo de feminilidade e masculinidade, ou melhor, de imagens que desempenham papéis de mulher e de homem em relações conjugais. De um certo modo ser vítima significa aderir a uma imagem de mulher” (GROSSI, 1991, p.6).

Muitas mulheres utilizam-se, inconscientemente na maioria das vezes, do poder genérico, ou seja, do fato de serem consideradas “inferiores”, “frágeis” e “passivas”, para serem vistas e tratadas como “vítimas”, mesmo muitas vezes tendo claro o papel que desempenham na relação conjugal.

Essa postura, utilizada de forma inconsciente, pode ser explicada por todo o processo histórico e cultural construído pelo grupo em que a mulher está inserida, pois vivemos em uma sociedade patriarcal onde nos são passados valores machistas e que muitas vezes interiorizamos como corretos e acabamos por reproduzi-los.

De um certo modo a teoria machista desprivilegia os homens, porque vivemos em um país onde a justiça trabalha com representações sociais, ou seja, são construídos modelos ideais de homem e mulher. Isso significa que se uma mulher considerada “boa esposa” mata o marido, considerado um “mau marido”, com certeza ela será absolvida do crime por ter agido em legítima defesa.

Nesse caso, será julgado o ato e não será levado em conta a subjetividade do caso, ou seja, não será levado em conta o papel de cada um na relação. Os fatos são vistos e analisados unilateralmente e não como parte da relação e com certeza a vítima ocultará o que vier a desfavorecê-la.

“É muito raro haver atos unilaterais da violência, via de regra, há uma relação de violência, na qual cada parte desempenha papel relevante para a manutenção da tensão” (SAFFIOTTI, et alli, 1992).

Em uma relação a troca dos *papéis* é que muitas vezes gera conflitos conjugais que são geralmente desencadeados por uma comunicação assimétrica, ou seja, onde um quer dar sempre a última palavra e o objetivo é tentar convencer o outro e mostrar sua autoridade e dominação na relação. A discussão vai se tornando agressiva e as ofensas começam a fazer parte do diálogo. Da violência verbal parte-se para as agressões físicas.

Para Gregori (1998) a mulher busca a "última palavra", pois estimulando a agressão física, sai do lugar que ocupava na cena e introduz outra em que ocupará outro lugar. E vice-versa para o marido. No segundo momento, ela vai apanhar e o marido vai bater. Neste, ela sairá como vítima e o marido como agressor. De uma maneira muito estranha ela dá a "última palavra" para sair de uma cena em que é parceira e iniciar outra em que será vítima.

A mulher sairá como vítima da relação possuindo uma "arma" nas mãos que será a denúncia. Em alguns casos, esta "arma" é a mais utilizada pelas mulheres, pois as marcas da agressão servirão de provas, sendo utilizadas para o convencimento da sua posição de vítima na relação e como consequência a posição de culpado e agressor cairá sobre o homem que será punido pelo seu ato.

3.2 - A queixa como "arma" feminina.

A queixa muitas vezes é utilizada pelas mulheres como uma "arma", sendo que através de uma fala monologal, buscam construir sua posição de vítimas.

"A queixa é a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima. Narrativa peculiar: expõe e, paradoxalmente, alimenta, incita, reitera algumas das condições que fazem operar a violência. A queixa é uma construção descritiva. O narrador apresenta os fatos compondo os personagens: o eu vitimado e o outro culpado" (GREGORI, 1993, p.185).

Na queixa o narrador irá expor os fatos da maneira que lhe for conveniente, ou seja, buscará mostrar os erros do outro com a intenção de culpabilizá-lo.

"A queixa é uma fala monologal, pronunciada para produzir escuta. Guarda essa semelhança com a confissão. Ambas, também, são falas auto-referentes e que trazem como tema a culpa" (GREGORI, 1993, p. 185).

A intenção da vítima será convencer a sua posição na relação. Em cima disso construirá seu discurso.

Para Gregori, (1993) na queixa existe também algo similar à fala de um adolescente ao discorrer sobre a sua virilidade, "contar vantagem": quantas brigas ganhou, quantas garotas conquistou e etc. A quantidade de ganhos e perdas contará desde que subordinadas a descrição das dificuldades enfrentadas em cada situação. O que importa na queixa é a gravidade, no "contar vantagem".

A "vítima" buscará de todas as formas elementos que realcem seu lugar, e desta forma tanto fornecerá informações que agravem a situação, como omitirá outras que não a favoreça.

Os motivos pelos quais a mulher procura fazer a queixa são os mais diversos.

Brandão (1996) pode constatar em seu estudo, feito na Delegacia Especializada de atendimento à Mulher do Rio de Janeiro, que a imensa maioria das mulheres que procuravam a Delegacia para fazer a queixa, queriam somente: "dar um susto", "uma prensinha nele", "um castigo", "chamar para conversar", "que ele as deixassem paz".

Para Gregori (1993), as mulheres que procuram as delegacias, SOS's, não vão em busca de igualdade mas sim de autoridade.

A ida às Delegacias Especializadas, envolve também a esperança "de melhorar", de "resolver alguma coisa", ou até mesmo de propiciar uma ocasião para amedrontar o companheiro quanto as possíveis implicações que recairão sobre ele na tentativa de novas agressões, pois através da queixa o acusado é chamado no local e dependendo do caso poderá ser processado e até preso.

“Entre a queixa e a suspensão as mulheres passam a ter o futuro dos companheiros em suas mãos, pela virtualidade de uma medida penal, mesmo que eles duvidem de uma punição ou desprezem a ação policial” (BRANDÃO, 1996, p. 170).

Em outros casos, a queixa pode servir para a busca de um espaço onde venha a haver tentativa de diálogo, o que muitas vezes não está acontecendo nos lares. Existe uma grande carência de um local onde o casal possa conversar, discutir, falar das necessidades e dificuldades e tentar resolver os problemas vivenciados diariamente. O diálogo é a coisa mais importante para a vida do casal e esta carência existente é que faz muitos casais buscarem fora de seus lares um local onde possa voltar a existir a troca de palavras, discussões, conversas e entendimentos.

A queixa, até mesmo serve para a busca de um acordo entre o casal, como separação ou problemas que ameaçam o grupo familiar.

Posteriormente ao registro e alguns objetivos alcançados surge em muitos casos a desistência, ou seja, a *suspensão da queixa*. A suspensão se dá por diversos motivos, que sempre são justificados pela "vítima".

A preocupação com os filhos, a falta de condições financeiras para manter-se sozinha, a questão da moradia e até mesmo o sentimento de culpa, arrependimento e pena são os motivos que utilizam para justificar a suspensão. O sentimento de pena e culpa muitas vezes se dá, pelo fato de a queixa ter sido feita em um momento de ódio e não refletida as conseqüências.

Para Brandão (1996) a sensação de culpa e arrependimento aparece na suspensão como fruto de uma queixa policial precipitada ou não suficientemente planejada. Sustenta ainda, em seu estudo, que entre as "vítimas" entrevistadas

existia um reconhecimento feminino sobre sua participação no conflito conjugal. Tal aspecto pode aparecer de maneira mais explícita, como justificativa para atenuar a responsabilidade do marido, ou de forma implícita, nas entrelinhas do discurso emitido, quando manifestam suas próprias dúvidas sobre uma possível co-responsabilidade, ou mesmo quando descrevem a briga.

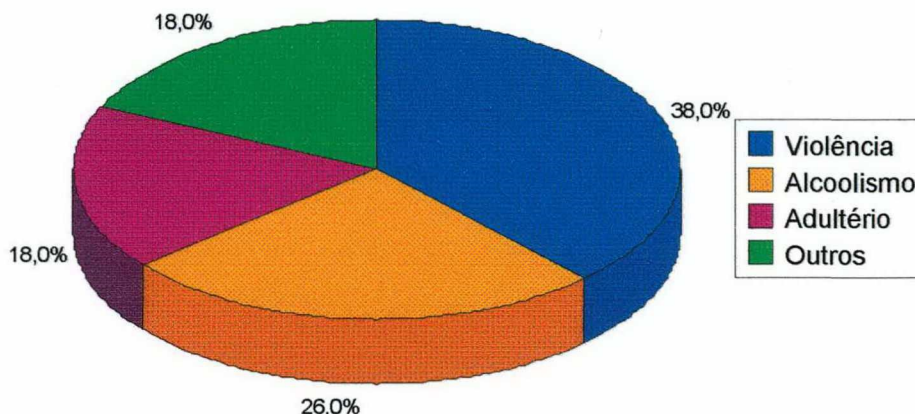
Mesmo acusando os companheiros de "alcoólatras", "loucos", "malucos" e "doentes", sendo estes os determinantes que mais contribuem para a queixa, elas acabam demonstrando a sua participação na hora da suspensão da queixa.

4 - Aproximações com a violência

A violência é um determinante que contribui de forma significativa para a separação conjugal. Estudos realizados no Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ)¹ constataam que dos casos de pedido de separação conjugal, o motivo mais apontado pelos usuários é a violência.

¹ Pesquisa realizada no EMAJ, que fez parte de um projeto integrado de pesquisas: Das Políticas Sociais à Prática Profissional - Crises Familiares e Separação Conjugal: Um Estudo de Suas Implicações. Que tem o apoio do CNPq.

MOTIVOS EXPRESSOS PELOS USUÁRIOS NO PEDIDO DE SEPARAÇÃO.



Podemos observar que a violência atinge um percentual considerável, por isso vimos a importância e necessidade de estudos nesta área.

Constatamos, que maioria dos estudos, pesquisas relacionados a violência, tanto a nível nacional como internacional, é muito comum encontrar os motivos que levam a tornar a pessoa violenta direcionada para os homens e quase nunca para as mulheres.

GELLES (apud LANGLEY & LEVY:1980) selecionou as razões da violência em nove categorias:

- 1- Doença mental;
- 2- Álcool e drogas;
- 3- Aceitação da violência por parte do público;
- 4- Falta de comunicação;
- 5- Sexo;

- 6- Uma auto imagem vulnerável;
- 7- Frustração;
- 8- Mudanças;
- 9- Violência como recurso para resolver problemas.

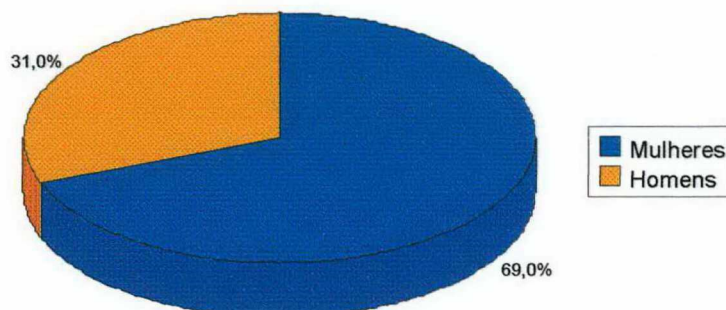
Estes são os fatores que para Gelles podem fazer com que um homem agrida uma mulher. Este estudo, de certa forma isenta a mulher de fazer parte do "jogo dos culpados" no relacionamento conjugal e conseqüentemente das punições. Os homens geralmente são rotulados de alcoolistas, viciados, traidores, pois em nossa sociedade patriarcal, é muito mais "comum" que ao homem sejam atribuídos estes papéis.

Estes rótulos muitas vezes servem para que a mulher possa mostrar o "mal caráter" de seus companheiros e fraquezas destes na relação, enquanto vão se tornando passivas diante da situação.

"Assim os personagens envolvidos são apresentados como que ocupando posições já definidas de antemão: o marido bêbado, a esposa virtuosa e as crianças, cujo papel é o de figurarem na cena como espectadores e vítimas" (GREGORI, 1993, p. 153).

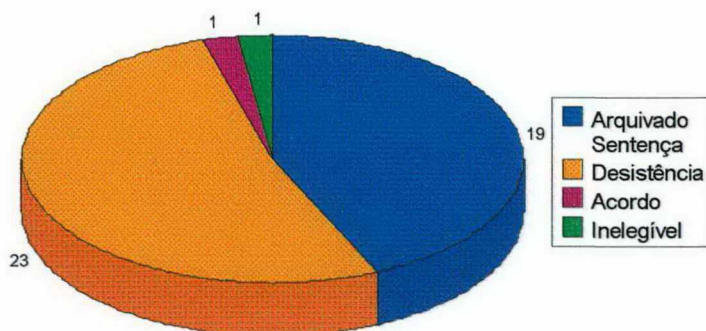
Através de um outro estudo feito na mesma instituição, com um universo de 1.500 casos aproximadamente, constata-se que o atendimento jurídico é na grande maioria solicitado pelas mulheres.

SOLICITAÇÃO POR GÊNERO



Diante deste gráfico percebe-se que a iniciativa de busca por um meio alternativo de atendimento ou refúgio está sendo feita na grande maioria pelas mulheres.

Um outro estudo, também realizado no EMAJ, no 1º semestre de 1996, em um universo de 44 casos constatou-se que um número considerável desistem do processo antes de ser encerrado, conforme mostrado graficamente abaixo.



Através deste gráfico podemos constatar que muitas vezes o atendimento jurídico pode estar relacionado à tentativa de amedrontar o companheiro(a)

conforme constata Brandão (1996) querer apenas “dar um susto”, ou até mesmo na busca de um lugar alternativo, onde possa haver diálogo e reconciliação.

CAPÍTULO II

O SERVIÇO SOCIAL NO EMAJ FRENTE A VIOLÊNCIA RELACIONAL

1 - EMAJ - O contexto institucional do estudo.

Com a instalação do Fórum Judicial da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1993, através da Unidade Jurisdicional em Regime de Exceção e da Sessão de Juizado Informal de Pequenas Causas (Lei nº 8.271/91) no campo da Universidade Federal de Santa Catarina em convênio com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a UFSC e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), passam a prestar atendimento jurídico de pequenas causas à comarca de Florianópolis.

O Escritório Modelo de Assistência Jurídica - EMAJ surge para colaborar com o desaforamento do Fórum da capital, dando início as atividades em 1993. O objetivo principal do EMAJ é proporcionar campo de estágio aos acadêmicos do

curso de Direito e de Serviço Social, por ser uma atividade de ensino, pesquisa e extensão.

É prestado Assistência Jurídica gratuita somente à pessoas físicas consideradas carentes sócio-econômicamente, ou seja, que possuam renda inferior à três salários mínimos e sejam residentes e domiciliadas na comarca de Florianópolis.

Esses critérios não são extensivos ao Serviço Social, que atende qualquer demanda, mesmo que não selecionada para atendimento jurídico.

As principais demandas atendidas são os casos de separação judicial, que atingem um percentual de 78% dos casos, seguido dos casos de divórcio, guarda dos filhos, pensão alimentícia, inventário, questões de imóveis, causas penais e trabalhistas.

O Serviço Social no EMAJ desenvolve os seguintes projetos:

PROJETO TRIAGEM - Neste, busca-se obter informações básicas do usuário. Neste momento são selecionados os usuários que podem obter atendimento jurídico, sendo que devem estar dentro dos critérios estabelecidos pela instituição.

ACOMPANHAMENTO SÓCIO-FAMILIAR - Este projeto tem como objetivo o acompanhamento de casais que vivenciam crises familiares, proporcionando a estes espaço de reflexão, diálogo e esclarecimentos dos direitos e deveres relativos ao problema.

PROJETO CADASTRO DE RECURSOS DA COMUNIDADE - Este projeto visa instrumentar o Serviço Social com um cadastro de recursos sócio assistências facilitando o encaminhamento das demandas postas pelos usuários do EMAJ e que extrapolem os serviços oferecidos pelo escritório.

PROJETO SALA DE ESPERA - É através deste projeto que são passados aos usuários, informações e esclarecimentos gerais acerca do EMAJ e questões de cidadania, através de recursos audiovisuais.

PROJETO PERFIL DO USUÁRIO - Este projeto tem como objetivo obter um conhecimento maior sobre os usuários que procuram a instituição, buscando melhoria do serviço e coleta de dados para pesquisas.

Além desses projetos, o EMAJ realizou durante os anos de 1996 e 1997 uma pesquisa financiada pelo CNPq sob o título *Das Políticas Sociais à Prática Profissional - Crises Familiares e Separação Conjugal: Um estudo de suas implicações*. O presente trabalho derivou-se da nossa participação nessa pesquisa.

O EMAJ, que serviu como campo de estágio e de onde derivou a realização deste estudo, nos permitiu perceber a importância de pesquisas nesta área, que apresenta uma demanda considerável e na qual muitas vezes o Serviço Social se mostrou pouco experiente para trabalhar.

Um fator importante a salientar, é que o Serviço Social do EMAJ, muitas vezes encontrou grandes dificuldades nos atendimentos dos casos por não ter

uma Assistente Social dentro da instituição que orientasse a prática. Essa deficiência foi, em parte, suprida por uma ex-estagiária do Serviço Social no EMAJ, como bolsista de Pesquisa, além da figura da supervisora de estágio.

Mas as dúvidas e incertezas do dia-a-dia muitas vezes estiveram presentes nos atendimentos, trazendo certas dificuldades de trabalhar com determinadas questões específicas.

Com a oferta de uma disciplina intitulada Serviço Social e Família, passou-se a ter mais embasamento para entender algumas questões importantes relacionadas a família, com que nos deparávamos no EMAJ.

Apesar dessas dificuldades, podemos considerar este, um campo de estágio extremamente rico por apresentar diversificadas demandas relacionadas à família.

Foi durante o período de estágio, que começamos a atender conflitos conjugais onde estava presente a violência e também onde começamos a perceber, diante dos atendimentos, que havia uma outra face da violência. Por isso decidimos nos determos no estudo da violência relacional.

Para a realização desta pesquisa, essencialmente qualitativa, utilizamos a metodologia do Estudo de Caso, tendo como instrumento entrevistas, na qual nos limitaremos ao estudo de três casos.

“Estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Em segundo lugar, também a complexidade do Estudo

de Caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho ao investigador.

Um aspecto interessante do Estudo de Caso é o de existir a possibilidade de estabelecer comparações entre dois ou mais enfoques específicos, o que dá origem aos estudos comparativos de casos. O enfoque comparativo enriquece a pesquisa qualitativa, especialmente se ele se realiza na perspectiva histórico-cultural” (TRIVIÑOS, 1994).

2 - Estudo propriamente dito

Para entendermos e detectarmos que a violência se apresenta de forma relacional, é indispensável o atendimento entrevistando os dois cônjuges.

O estudo será composto de três casos, através da metodologia estudo de caso com entrevistas realizadas no EMAJ. sendo que o terceiro caso, será apresentado para ilustrar e mostrar que quando o atendimento se dá de forma unilateral, os fatos são postos e entendidos como verdades absolutas, não nos permitindo perceber a relação num todo.

Os dados dos três casos apresentados são fidedignos, sendo que por questões éticas seus nomes serão utilizados de forma fictícia.

Os casos serão apresentados como: entrevista 1, entrevista 2 e entrevista 3, que se encontrarão em anexo.

ENTREVISTA I

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	ESCOL.	PARENT.	IDADE	PROF.	SALÁRIO
A.G	1° Incomp.	Companheira	31 anos	Do lar	-
A.S	1° Compl.	Companheiro	28 anos	Servente	R\$ 280,00
R.M	1° Incomp.	Filha	14 anos	Estudante	-
R.M	1° Incomp.	Filha	13 anos	Estudante	-
R.J	1° Incomp.	Filho	10 anos	Estudante	-

E.G	Pré-escol.	Filha	6 anos	Estudante	-
E.S	-	Filho	1 ano	-	-

A Sra. A.G. veio ao EMAJ para requerer a dissolução da sociedade de fato. Está casada há 8 anos e tem dois filhos, E.G (6 anos) e E.S (1 ano). A.S tem três filhos do 1º casamento, os quais moram com o casal.

Diante das entrevistas constatamos, que a união entre o casal se deu de forma tumultuada, aconteceu muito rapidamente e mal se conheciam. Para Bittencourt (1997) essas uniões impensadas e precipitadas contribuem para o insucesso da relação, fazendo com que ainda jovens os casais venham a se separar.

Ela: “Namoramos três meses e resolvemos morar juntos”.

A união se deu mais por uma questão de contingência por parte de A.G., pois havia uma certa pressão de seu pai para que ela saísse de casa:

“Eu já tinha três filhos do primeiro casamento e como o meu pai estava enchendo o saco, porque não queria tanta gente morando na casa dele, eu achei melhor ir morar com A.S” [...]

Segundo Ramos (1990) casar-se, muitas vezes é uma decisão motivada por razões “aparentemente externas” ao próprio casal. No entanto, indica uma situação de conflito interna, interpessoal. A união aparece assim, como uma saída, como uma solução mágica que afasta os conflitos. Ao perceberem que a união não trouxe o alívio que esperavam, aparecem as frustrações e o casal começa a entrar em conflito.

Logo após o primeiro ano de união, começaram as brigas e agressões. Esse processo conflituoso pode ser explicado pelo fato de a relação ter sido construída de forma imatura e precipitada. Entre o casal, existia uma certa carência com relação ao diálogo, pois a forma que utilizavam para “resolver” seus problemas era a discussão, onde havia uma disputa pelo poder, um sempre querendo dar a última palavra, o que acabava gerando maiores conflitos entre ambos e como conseqüência a violência física e verbal.

Ficou evidente no caso, que a violência fez parte de um jogo relacional onde os dois estabeleceram papéis complementares, sendo que não existia vítima ou cúmplice. Isso ficou claro quando o casal começou a discordar com relação as brigas, um contava uma versão que culpava o outro e vice-versa. Conforme Gregori (1993) a violência faz parte de um jogo relacional, onde haverá sempre uma cena que preparará a guerra.

Ambos utilizavam de todas as formas e argumentos para tentar nos convencer, com as suas versões divergentes, da sua posição de vítima, para que pudessem ser vistos como inocentes e como conseqüência incriminar o outro e o tornar “cúmplice”. Para Gregori (1993) o narrador procura explicitar mediante os fatos e argumentos descritos, para mostrar a isenção de culpa, o que caracteriza que o outro é o culpado na relação.

Estagiária: Qual o motivo dessa última briga entre vocês?

Ela: Foi o seguinte, eu estava dentro de casa trabalhando e ele estava dentro do nosso bar que fica dentro de casa mesmo, mas na parte da frente. O som estava alto e eu fui diminuir um

pouco, porque não dava nem para ficar dentro de casa. Ele é meio surdo e acha que todo mundo tem que escutar as coisas no volume que ele quer. Daí na hora que eu mexi no som a fita que estava tocando acabou e eu esqueci de trocar, então ele pensou que eu tinha desligado o som e já veio para cima de mim com toda ignorância e me empurrando. Daí começou a briga toda e ele me deu um soco no olho, depois deu outro no outro olho.

Ele: Não é bem assim.

Est.: Então como foi Sr. A.S.?

Ele: Eu pedi para ela ligar novamente o som e ela disse que não iria ligar. Ela não gosta que eu fique no bar com os meus amigos, então fica enchendo o saco. Eu me irritei e fui lá brigar com ela e daí ela ficou gritando fazendo escândalo e avançou em mim, daí eu bati mesmo. Eu não gosto de escândalo é a coisa que eu mais odeio.

Ela: Como tu podes ser tão falso, é por isso que eu tenho ódio de ti seu mentiroso.

Ele: Tu é que és mentirosa.

Ela: É sempre assim quer sempre se fazer de vítima.

Ele: Eu não quero me fazer de vítima não, eu só estou falando a verdade.[...]

Neste contexto apresentado, um aspecto profundamente interessante é que percebemos que não existe, entre os parceiros, um estado de submissão e sim uma interação simétrica. Conforme Calil *apud* Schneider (1995) a comunicação simétrica está baseada numa relação de constantes disputas entre os cônjuges ou demais membros da família. Pode se dar tanto pela valorização excessiva das igualdades como pela desvalorização das diferenças.

As agressões, que parecem já fazer parte do cotidiano do casal, são apresentadas em forma de acusações, sendo que mais uma vez o objetivo era um culpabilizar o outro.

Ela: [...] Depois de um ano ele começou a beber demais e veio com as ignorâncias dele, começou a me bater e me maltratar.[...] Eu já nem me lembro mais quantas vezes ele já me bateu, já até perdi as contas.

*Ele: [...] Ela também bate em mim, não sou só eu não.
 [...] Bate sim, não vem para cá querer te fazer de santa só porque estás na frente dela, ela bate sim! Eu é que nunca denunciei, porque senão já tinha coleção de denúncia.*

Ficou evidente nas entrevistas, que o Sr. A.S. reconhecia seu papel no relacionamento, bem como assumia sua participação com relação às brigas e agressões. Sra. A.G, pelo contrário, além de não assumir sua participação, preocupava-se em demonstrar sua posição de vítima e agia para defender-se.

*Ele: Eu sei que dou motivos para ela querer se separar de mim, mas muitas vezes ela também tem culpa.
 Ela: [...] Claro, não queres que eu fique parada esperando tu me matar.*

Com relação ao vínculo familiar, a relação dos cônjuges com suas famílias de origem se dava de forma restrita e conflituosa, onde muitas vezes este mau relacionamento se mostrou responsável por gerar crises, pois as discussões que muitas vezes desencadeavam violência física e verbal, se davam pelo fato de haver intromissão de membros da família na vida e nos problemas do casal.

Ela: Eu me dou bem com eles, só não gosto da irmã dele, que é muito fofoqueira, fica contando tudo o que acontece com a gente dentro da nossa casa. Conta tudo para todo mundo, é uma leva e traz.

Ele: [...] Eu gosto muito deles, mas não quero que se metam na nossa vida, acho que cada um tem que cuidar da sua vida. Ela quis se meter e defender a filhinha dela, então eu mandei embora mesmo.

Segundo os relatos, ficou claro que a interferência da família, foi um fator contribuinte na crise vivenciada por ambos. Percebemos também, que uma dificuldade enfrentada pelo casal, é o fato de não manterem diálogo com os

filhos, muitas vezes utilizando de “tapinhas” como forma de educar, de certa forma reproduzindo as formas de violência através do exemplo.

Ele: [...] As vezes eu brigo com eles e até bato (tapinhas...) mas é para educar.

Um fator significativo, que segundo Sra. A.G. contribuiu para conflitos entre o casal e atitudes violentas, foi o fato de o Sr. A.S. fazer consumo excessivo de álcool. Gregori (1993) enfatiza que é necessário rastrear o que tem e o que não tem sentido quando se atribui a responsabilidade de um conflito familiar ao uso de bebida. A alusão do alcoolismo tem um sentido mais ou menos preciso de revelar uma fraqueza masculina. É segundo a dualidade “virtude delas”/ “fraqueza deles” que os conflitos ganham uma certa inteligibilidade.

Ela: Depois de um ano ele começou a beber demais e veio com as ignorâncias dele.[...] Daí para cá não parou mais, virou o diabo.

Sr.º A.G. tenta mostrar através deste relato a fraqueza do marido e tenta nos convencer, através do vício, o mau caráter do companheiro. Para Gregori (1993) o alcoolismo, que é um dos fatores sempre citados como desencadeantes da violência, não pode ser visto como capaz de determinar categoricamente e genericamente a incidência de atos violentos.

A percepção que tivemos do caso, de um modo geral, foi que o objetivo maior de a Sra. A.G. ter vindo procurar atendimento jurídico no EMAJ, era tentar

assustar seu companheiro mostrando sua coragem de pedir a separação, pois até então, tinha ficado apenas nas ameaças.

Mesmo a Sra. A.G. demonstrando raiva e enfatizando várias vezes que não gostava mais de seu companheiro, não foi o que percebemos. Acreditamos, que a não aceitação de qualquer ajuda por parte do Sr. A.S e até mesmo as ameaças de levar os filhos para longe dele, estavam servindo de instrumento para que A.G. pudesse manter o domínio da situação.

Sentimos também que o casal buscava no EMAJ, um espaço onde pudesse haver diálogo, algo que não era possível em seu ambiente privado, bem como buscar uma tentativa de reconciliação.

ENTREVISTA II

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	ESCOL.	PARENT.	IDADE	PROF.	SALÁRIO
S.E	1º Incomp.	Companheira	24 anos	Desempreg.	-
M.G	1º Compl.	Companheiro	36 anos	Jardineiro	R\$ 500,00
E.S	-	Filho	1 ano	-	-

A Sra. S.E. veio ao EMAJ para solicitar a dissolução da sociedade de fato. Vivem juntos há 6 anos e tem um filho M.G. (5 anos). Ela tem uma filha de um relacionamento anterior, no qual não foi casada, que mora com seus pais desde que nasceu. Durante as entrevistas percebemos que a união do casal se deu de

forma precipitada, pelo fato de ela ter engravidado. O casal não tinha nem onde morar. Conforme Ramos (1990) o filho chega, muitas vezes prematuramente, quando o casal ainda não encontrou pontos mínimos de equilíbrio ou não conseguiu separar-se das famílias de origem, fazendo com que muitos casais enfrentem conflitos conjugais.

“O nosso namoro foi pouco tempo, nós namoramos só dois meses, depois eu engravidei. Ficamos morando um tempo na casa da minha mãe, mais ou menos uns seis meses, depois construímos uma casinha e fomos morar lá”.

A Sra. S.E. nos relata que as agressões no relacionamento já aconteciam desde quando ela estava grávida.

“Ele me agrediu duas vezes e eu estava grávida”.

As agressões, no início do relacionamento podem estar relacionadas ao fato de a relação ter sido construída de forma precipitada, sendo que, a falta de condições financeiras para sobreviver e para criar um filho não planejado, pesa muito e acarreta em estresse por parte de ambos, o que pode os tornar agressivos. Harpprecht e Streck (1996) enfatizam que a falta de condições financeiras coloca as famílias sob um tremendo estresse ou em crises permanentes.

Segundo a Sra. S.E. as brigas entre o casal aconteciam devido aos ciúmes dele em relação a ela, mas percebemos que o sentimento era recíproco.

“É o ciúme que ele sente por mim”.

Ela também atribuiu, como principal motivo das agressões o fato do Sr. M.G. fazer uso de drogas e álcool.

“Mas o principal motivo mesmo é ele ser maconheiro e alcoólatra, eu não admito. Quando ele sai e fica bebendo com os amigos do serviço, sempre na volta fuma com os meus vizinhos. Todos eles fumam e bebem como uns loucos”.

Durante os atendimentos, percebemos que a Sra. S.E. falava pouco e também pensava muito antes de responder as perguntas, parecia estar preocupada em não dizer nada que viesse a prejudicá-la.

Quando fala das drogas, do vício do marido, dos ciúmes, do mau relacionamento dele com sua filha, tenta através das acusações, nos mostrar o mau caráter de seu companheiro.

Nesse caso apresentado, ficou evidente que na maioria das vezes a violência se dava de forma relacional, onde os dois tinham participação ativa nos atos violentos. Segundo Grossi (1993) nos atos violentos, homem e mulher desempenham papéis nem sempre fixos mas complementares.

[...] “foi ele aquele grosso, pegou um pedaço de bambu e bateu no meu rosto. Mas dessa vez não deixei por menos, peguei uma faca e cortei a perna dele. Foi horrível, veio policia e tudo. Ele levou uns 24 pontos na perna”.

As versões apresentadas na entrevista, com relação ao motivo da briga, são distintas, ela conta uma versão que culpabiliza ele pelo ato e ele vice-versa. Ambos com o mesmo objetivo, buscar elementos que realcem seu lugar de vítima.

Versão dela: “foi o seguinte, ele chegou tarde. Daí eu fui perguntar porque que ele chegou aquela hora e percebi que ele estava com cheiro de maconha, daí comecei a falar um monte de coisa para ele e ele começou a me ofender, a me chamar de vagabunda de tudo que o que possas imaginar. Daí ele começou a partir para a ignorância, me empurrou e daí pegou um bambu e bateu no meu rosto com tudo. Eu não contei tempo, para me defender peguei a faca e daí deu nisso”.

Versão dele: “É porque no final de semana passado depois do serviço, eu fui com os meus amigos do serviço ver um jogo de futebol e depois do jogo nós ficamos tomando cerveja. Depois de algum tempo é que eu percebi que já eram 11:30 da noite e falei para eles que eu tinha que ir embora. Cheguei em casa 12:30 mais ou menos e ela já começou com ignorâncias, me xingando porque eu estava na rua até aquela hora. Ela me perguntava o que eu estava fazendo e eu falava, mas ela não acreditava. Daí ela começou a me xingar muito, então eu dei um empurrão nela e em seguida ela pegou uma faca e veio para cima de mim e me cortou todo. Para me defender eu peguei um bambu e bati sem querer no rosto dela. A minha intenção era só assustar, mas acabou pegando nela. Deus me livre! Eu não queria machucar ela”.

Diante destes relatos com versões opostas, fica claro que a intenção é criar uma situação que incrimine o outro do ato de agressão, pois através da versão relatada a expectativa é de serem vistos como passivos, “coitados”, sofredores e acima de tudo vítimas.

A explicação das atitudes tomadas por ambos, pode ser dada pelo fato de que, através das histórias relatadas, eles esperavam nos convencer de sua posição, e como consequência, agiríamos em favor de um deles. Essa era a expectativa depositada por ambos.

Um outro problema vivido pelo casal que pode ser responsável por determinados conflitos, é o fato de não manterem um bom relacionamento com as famílias de origem, principalmente com a família de M.G.

[...] “com a mãe dela é péssimo, porque ela é muito metida e vive se metendo na nossa vida”.

A intromissão das famílias na vida do casal é um problema, porque a tendência é buscar apoiar o filho, o que gera conflitos com o restante da família.

Um aspecto também importante a ressaltar é o fato das brigas, que ficam restritas ao espaço privado, somente dentro dos lares, com a influência e a interferência externas, passam a se tornarem públicas.

No decorrer das entrevistas constatamos que o casal não compartilhava uma vida social, fato este motivador de conflitos entre o casal. S.E dizia se privar da vida social por causa do seu filho, pois não tinha onde deixar e demonstrava sua indignação pelo fato do companheiro sair sozinho.

De uma maneira geral, analisamos o caso sob um aspecto determinante, que fez com que Sra. S.E. viesse procurar atendimento jurídico, foi que buscava primordialmente reorganizar a vida do casal. Buscava fora do lar, um lugar que pudesse servir de referência na reconciliação, lugar este, que oferecesse segurança e espaço ao diálogo. Brandão (1996) pode constatar que muitas vezes a Delegacia é utilizada para facilitar acordos ou para “corrigir” problemas enfrentados pelo casal, bem como, a busca por uma negociação conjugal.

A Sra. S.E. buscava também, através do atendimento jurídico, amedrontar seu companheiro com uma possível separação, fazendo assim, com que ele mudasse de atitude e certos comportamentos tomados na relação. Para Brandão (1996) a imensa maioria das mulheres que procuram a Delegacia para fazer queixa, querem apenas “dar um susto” em seus companheiros e também buscar autoridade na relação.

ENTREVISTA III

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	ESCOL.	PARENT.	IDADE	PROF.	SALÁRIO
N.F.	1º Incomp.	Esposa	36 anos	Diarista	R\$ 200,00
J.C.	1º Incomp.	Marido	34 anos	Desemp.	-
J.A.	1º Incomp.	Filha	10 anos	Estudante	-
J.A.	1º Incomp.	Filha	8 anos	Estudante	-
J.A.	1º Incomp.	Filha	70 anos	Estudante	-

A Sra. N.F. veio ao EMAJ para requerer a separação judicial. Está casada há 10 anos e tem três filhos desse relacionamento. Segundo ela, quer a separação pelo fato de haver, no relacionamento, muitas agressões.

O atendimento foi feito somente com a Sra. N.F. porque seu marido não compareceu no dia e horário combinados para o retorno com o casal.

Diante das entrevistas percebemos que Sra. N.F. atribuía, aos atos de agressão, o fato de seu marido ser um alcoólatra.

“ É porque ele bebe muito e quando bebe, perde a cabeça, vira outra pessoa, me agride, faz escândalo, é um louco”.

Para N.F. a bebida tirava seu marido do estado normal e acreditava que os espancamentos ocorriam em função do álcool. Mais uma vez, o álcool é colocado como fator condicionante da violência, mas, como já citado anteriormente por Gregori (1993), não podemos colocar de forma categórica e generalizante.

O vício é considerado muitas vezes como uma fraqueza e doença que de certa forma revela a falta de virtudes morais.

Outra questão também importante a ressaltar, também responsável por gerar conflitos, tendo como consequência a violência entre o casal, é que a Sra. N.F. mantinha o sustento do lar e além de só ela trabalhar, seu marido ainda exigia que ela *“sustentasse o seu vício”*.

“Uma coisa que eu também não aturo é porque ele não trabalha e eu é que tenho que sustentar tudo sozinha, cuidar das crianças, alimentação, escola, tudo, é tudo comigo. Enquanto isso, ele fica vagabundeando por aí. Além de tudo que eu faço, ainda tenho que ficar aturando desaforos daquele vagabundo.[...] Não faz nada e ainda fica pedindo dinheiro para comprar bebida”.

N.F. se considerava vítima da violência de seu marido, achava injusto os sofrimentos provocados por ele, sobretudo porque vinha cumprindo suas “obrigações” com relação ao lar, filhos e até ao sustento material da casa.

A união do casal se deu de forma precipitada, porque a Sra. N.F. estava grávida.

“Nós nos conhecemos em um baile e começamos a namorar, namoramos um tempo (em torno de 4 meses) e eu engravidei, resolvemos então morar juntos”.

Através de seus relatos, constatamos que a relação vivida por N.F. não era a desejada por ela.

“Esse casamento não foi o que sonhei para mim, estou muito desanimada da vida”.

O casamento “perfeito” parecia fazer parte do projeto de vida de N.F., sendo que passou a ver que além de seu casamento estar desestabilizado, seu marido não era o homem que havia desejado, suas condutas inadequadas, beber, não trabalhar e ser agressivo, não se enquadravam na sua vida. Para Ramos (1990) os dois componentes do casal são vítimas da trama inconsciente que os conduz a esse desencontro. Desencontro provocado porque cada um quer encontrar no outro, além do objeto amoroso, o objeto único ilusoriamente abastecedor. Desse modo, ambos sentem-se enganados por haverem esperado algo que não poderiam receber. A percepção dessa realidade provoca frustração, raiva e desequilíbrio. Quanto maior a expectativa depositada no outro, maiores são as exigências e decepções.

Os conflitos muitas vezes se deram pela inadequação entre os padrões e condutas do casal. Percebemos que N.F. conviveu com as agressões durante todo o tempo de duração do casamento (dez anos), sem denunciar nenhuma vez.

“Nós já estamos casados há dez anos e eu agüentei tudo, mas agora não dá mais”.

Sra. N.F., durante a entrevista, tenta justificar a omissão das denúncias, com a preocupação com os filhos, de não querer expô-los a vergonha ou até mesmo provocar traumas na vida deles.

“Eu sempre dizia para ele: da próxima eu denuncio! Da próxima eu denuncio! E nunca denunciava. Eu sou uma tola mesmo. Mas, também não denunciava porque não queria expor meus filhos a essa vergonha, vamos que ele fosse preso”.

A percepção que tivemos do caso, de uma maneira geral é que Sra. N.F. atribuiu ao marido a responsabilidade do casamento estar em crise, bem como as agressões ocorridas. Posicionando-se como vítima da relação, atribuía ao marido a posição de culpado.

O não comparecimento do marido ao atendimento nos impediu de poder ter uma visão mais ampla da relação, pois obtivemos somente os relatos dela, não podendo assim, fazer comparações e análise profunda do caso.

A única forma de analisar este caso é aceitar como verdadeiros os fatos relatados por Sra. N.F., já que não nos foi permitido um diálogo com o casal.

2.1 - Dados Comparativos em comum entre os casos.

Os dois primeiros casos apresentados nos mostram muitos fatores em comum, talvez porque podemos, através deles, ter uma visão mais ampla, obtendo a versão de ambos os lados.

Diante das análises podemos perceber que a procura pelo atendimento jurídico envolveu a esperança de buscar uma melhoria no relacionamento conjugal, tentando resolver alguns problemas que não estavam sendo possíveis nos lares.

Um aspecto também percebido, foi que as requerentes buscavam propiciar uma ocasião para amedrontar seus companheiros quanto às possíveis implicações de uma próxima agressão, bem como de uma possível separação.

Não notamos, uma identificação feminina com um estado de submissão, ao contrário, percebemos uma permanente igualdade entre os parceiros.

Constatamos também que havia um interesse em tentar “resolver” de imediato questões de ordem doméstica, por isso buscavam a partir do atendimento jurídico, alguém que pudesse “corrigi-los” e a cima de tudo, pudesse intermediar suas crises conjugais.

Com relação aos vínculos familiares, os dois primeiros casos apresentavam o mesmo problema, a intromissão da família na relação. O terceiro caso, não o encontramos pelo fato de terem pouco contato com as famílias de origem, pois moravam no interior.

Em relação aos três casos, encontramos algumas características em comum que discorreremos a seguir. O consumo do álcool por parte dos companheiros aparece como fator determinante das agressões apresentadas pelas esposas. Pôde-se perceber que a união entre os casais se deram de forma

precipitada e imatura, sem nenhuma estabilidade. Nenhum deles chegou a completar seis meses de namoro.

As versões contraditórias dos atos de agressão, nos dois primeiros casos foram evidentes, fatores completamente diferentes na mesma história. A tentativa que ficou clara, era de mostrar a posição de vítima. Neles, como mostram as entrevistas, a violência foi relacional, onde todos tinham participação ativa.

No terceiro caso não foi possível ter essa análise pelo fato de não ter entrado em contato com a outra parte integrante do casal.

No segundo e terceiro caso, a união se deu pelo fato de elas estarem grávidas, foi quase por uma obrigação terem ido morar juntos. Aqui, a gravidez foi um problema, primeiro pela falta de condições financeiras, sendo que não tinham nem onde morar e segundo porque mal conheciam seus companheiros.

Constatamos também, principalmente nos dois primeiros casos apresentados, as requerentes buscavam no atendimento jurídico, um reconhecimento por parte de seus parceiros, sendo que também queriam passar a ter a dominação da situação, ter o futuro de seus companheiros em suas mãos e acima de tudo, resgatar o respeito e a autoridade. Segundo Brandão (1996) o objetivo de algumas mulheres ao registrarem queixa contra seus maridos é poder ter o futuro deles em suas mãos. Para Gregori(1993), as mulheres ao procurarem as Delegacias não vão em busca de igualdade, mas sim de autoridade.

3 - A renegociação do pacto conjugal

As famílias pesquisadas, dentre muitas atendidas no EMAJ, depositam no atendimento jurídico a esperança de alcançar a resolução de determinados problemas conjugais, sendo que o Assistente Social serve como mediador do diálogo entre o casal.

No intuito de corrigir distorções ou desvios que ameaçam o grupo familiar, os casais procuram “renegociar”, fazer determinados acordos, que tenham como objetivo a reconciliação e o bom relacionamento com a família. Em outros casos, o objetivo da procura pelo atendimento, é somente querer “dar um susto”. Conforme Brandão (1996) a imensa maioria afirma nos atendimentos, querer somente amedrontar os companheiros.

Durante esta renegociação, é colocado pelos parceiros os motivos pelos quais estão sendo responsabilizados pelos desentendimentos e dessa forma, chegar a um consenso.

Os acordos exigem que ambos cedam com relação a certas atitudes tomadas no relacionamento conjugal.

A tentativa da renegociação envolve também, como elemento central, a preocupação com os filhos, pois existe um interesse por parte de ambos de protegerem e os privarem de conviver em um lar conflituoso que possa de alguma

forma prejudicá-los, comprometendo o futuro com traumas, revoltas e ainda que possa trazer algumas dificuldades escolares ou profissionais.

A procura de um local que possa ser feito determinados acordos, onde tenha um profissional para mediar o diálogo, pode ser explicado pelo fato de já ter havido tentativas frustradas nos lares. Por isso a necessidade de alguém que sirva de “fiscal” dos acordos feitos.

Geralmente tal postura é tomada por casais que mantêm pouco diálogo na relação conjugal, sendo que a forma de comunicação geralmente é através de discussões e brigas, que acabam desencadeando a violência.

A tentativa de renegociação muitas vezes se torna um momento difícil, pois se busca essencialmente promover o “reajustamento” do parceiro, o que faz com que acabe se chocando com os valores já intrínsecos em ambos. Esse é o momento mais difícil no diálogo entre casal, *a hora de ceder*, porque determinados comportamentos são vistos, pelos companheiros, como corretos, normais e que estão de acordo com suas condutas.

Em tese, busca-se através do atendimento jurídico, renegociar o pacto conjugal tentando obter resultados práticos na vida conjugal.

4 - Implicações para a prática do Serviço Social

Através deste estudo, percebemos a importância de compreender as múltiplas determinações que envolvem a questão da violência, pois através desta visão podemos trabalhar com a realidade de uma forma ampla e concreta.

Para trabalhar com esta questão, que ora apresentamos, somos desafiados a quebrar os estigmas, rótulos e valores culturais, sendo algo tão intrínseco em todos nós. Esse é o ponto essencial para podermos obter uma prática que possa condizer com a realidade apresentada, de maneira competente.

É de suma importância também, que o profissional de Serviço Social procure acabar com visões feministas ou machistas, ainda tão utilizadas, para que desta forma possam entender que a violência muitas vezes se dá de forma relacional. Assim, os será permitido ser mais críticos e poderá, desta forma, ultrapassar limites muitas vezes impostos.

Descaracterizar a violência como uma relação entre vítima e acusado, nos dá subsídios para aprofundarmos a complexidade das relações violentas.

Acreditamos que o Serviço Social no EMAJ, tem um papel fundamental. Mas, é necessário que em alguns aspectos seja revisado sua prática. Para isso é de fundamental importância a presença do Assistente Social, dentro da instituição, para orientar as dificuldades enfrentadas.

O Serviço Social no EMAJ, trabalha essencialmente com a reorganização familiar, através de acompanhamentos familiares trabalha as questões que envolvem as crises. Por isso esperamos, que este trabalho possa de alguma forma contribuir com subsídios ou lançar luz para formulação de novas pautas de intervenção frente as demandas apresentadas, pois a violência expressa uma situação de crise.

Através deste trabalho, percebemos que o EMAJ está sendo procurado também como um refúgio, onde possa haver acordos, renegociações e reconciliações, nesse momento a intervenção de um profissional do Serviço Social é imprescindível para servir como mediador do diálogo entre o casal, bem como, desenvolver um trabalho de esclarecimento e consciëntização dos problemas vivenciados.

As questões que envolvem a família são amplas, por isso exigem do profissional, competência, conhecimentos gerais e específicos, pois trabalhamos essencialmente com crises familiares que envolvem uma diversidade de fatores internos e externos que estão em constante transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos o presente trabalho, podemos apresentar algumas considerações.

Consideramos que, para ampliar a luta contra a violência, é necessário ter em mente que não se pode continuar analisando a violência no singular, como se todas as formas de agressão fossem vivenciadas da mesma forma por todas as mulheres.

Por isso, acreditamos que os estudos de gênero se faz necessário para que possamos entender os múltiplos fatores e determinantes² que envolvem a violência.

Diante deste estudo, podemos concluir que o EMAJ está sendo utilizado, em muitos casos, como uma tentativa de renegociar e promover acordos conjugais, bem como, uma forma de amedrontar os companheiros através do pedido de separação e também na busca de um espaço onde possa haver diálogo e tentativa de facilitar a reconciliação.

Um fator importante, resgatado neste trabalho, é a utilização da queixa como “arma” feminina.

A utilização desta, através da qual buscam mostrar sua posição de *vítimas* serve por um lado, amedrontar os companheiros de possíveis implicações que recairão na tentativa de novas agressões e também para procurarem um lugar alternativo onde possam discutir sobre suas dificuldades e necessidades, onde tenha um profissional que possa servir de mediador no diálogo entre o casal.

Com relação aos casos apresentados, podemos concluir com clareza, que a violência fez parte de um jogo relacional, onde ambos tiveram participação ativa, não existindo papéis fixos de *vítima* e *agressor*, mas sim complementares.

Com relação ao terceiro caso apresentado neste estudo, ficou claro que a requerente buscou apresentar uma versão que viesse a lhe privilegiar na relação. Diante disso, concluímos que é imprescindível ter cautela ao interpretar os fatos a nós apresentados, como se fossem verdades únicas e absolutas.

Concluímos que, para entendermos a violência como relacional é indispensável ouvir as duas partes, pois, se for analisada unilateralmente teremos apenas a vitimização.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar para a importância da abordagem do assunto aqui tratado, pois os estudos com relação a violência relacional ainda são muito escassos. Poucos autores tratam desta problemática sob este aspecto, que consideramos de essencial importância para entendermos a questão na totalidade. Diante disso, ressaltamos a dificuldade que tivemos para realizar este estudo e adquirir material que pudesse nos embasar teoricamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA SAGRADA, Nova edição papal. Trad. Missionários Capuchinhos de Lisboa. São Paulo: Círculo do Livro.

BITTENCOURT, R. **Reorganização familiar no pós separação conjugal.** Florianópolis, 1997. Trabalho (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

BRANDÃO, E.R. **Nos Corredores da DEAM: um ensaio etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal.** Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

BRASIL, Fórum nacional de organismos governamentais de direitos da mulher. Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento. Uma abordagem básica. Conselho dos Direitos Da Mulher do Distrito Federal, Brasília, 1995.

_____, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

GREGORI, M.F. Cenas e Queixas - Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GREGORI, M.F. **Violência contra a mulher**: A Atuação Feminista e as Vítimas.

Mulher e Política. Rio de Janeiro, 1998.

GROSSI, M.P. **A Trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre a**

mulher no Brasil. Florianópolis. XVII Reunião de Associação Brasileira de Antropologia. Grupo de Trabalho - Relações de Gênero, 1990.

GROSSI, M.P. **Vítimas ou cúmplices**: dos diferentes caminhos da produção

acadêmica sobre violência contra mulher no Brasil. XV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú-MG, 1991.

GROSSI, M.P. **Repensando a violência contra a mulher**. Relatório Final -

Projeto Individual de Pesquisa - CNPq. 1992/1994. Florianópolis, 1994.

HARPPRECHT, C.S. & STRECK. V.S. **Imagens da família**. São Leopoldo.

SINODAL, 1996

JAMA, A. [HTTP://www.uol.com.br/FSP/cotidian/ff.html](http://www.uol.com.br/FSP/cotidian/ff.html). 03/06/1998.

KNABBEN, J.M. **Mulher, vítima de violência atendida pela 6ª Delegacia de**

Polícia da Capital. Florianópolis, 1992. Trabalho (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

LANGLEY, R. & LEVY, R.C. **Mulheres espancadas: fenômeno invisível**. São

Paulo: UCITEC, 1980.

RAMOS, M. **Introdução à terapia familiar**. São Paulo: Ática, 1990.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHNEIDER, V.O **Relação e Separação Conjugal - Analisando o processo.**

Florianópolis, 1995. Trabalho (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, M.D.T. **Mulher e a violência publicizada.** Florianópolis, 1993.

Trabalho (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo.

Atlas, 1987.

VEJA, **Soco de Mulher:** estudo mostra que, em briga de casal, elas também

partem para a violência. São Paulo. Nº 32, p. 95. Agosto/1998.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher.** São Paulo: Cortez, 1989.

ANEXOS

ENTREVISTA I

01- IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO

Nome: A.G

Estado civil: União estável

Data de nascimento: 03/10/67

Tempo de casamento: 8 anos

Idade que casou: 22 anos

Cônjuge: 21 anos

Profissão/Ocupação: do lar

Escolaridade: 1º grau incompleto

02- COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome	Escol.	Parent.	Idade	Ocupação	Salário
A.S	1º Comp.	Companheiro	28 anos	Servente	R\$ 280,00
R.M	1º Incomp.	Filha	14 anos	Estudante	-
R.M	1º Incomp.	Filha	13 anos	Estudante	-
R. J	1º Incomp.	Filho	10 anos	Estudante	-
E.G	Pré-escol.	Filha	6 anos	Estudante	-
E.S	-	Filho	1 ano	-	-

3. SITUAÇÃO HABITACIONAL

Tipo de casa: Alvenaria

Situação: Própria

A usuária veio até o EMAJ para solicitar a dissolução da sociedade de fato.

Iniciei a entrevista me apresentando e perguntando a ela qual o motivo de ter vindo procurar o EMAJ. A usuária apresentava sinais de violência no corpo, hematomas nos dois olhos.

Ela: É porque eu quero me separar do meu marido e os motivos de eu querer me separar são estes: (a usuária tirou da bolsa 5 boletins de ocorrência da Delegacia Da Mulher e colocou sobre a mesa). Eu não agüento mais tanta violência.

Est.: Sra. A.G. podes me contar um pouco sobre o seu relacionamento com seu marido, para que eu possa entender a situação?

Ela: Sim posso. É o seguinte, nós moramos juntos há 8 anos e de uns tempos para cá a nossa vida virou um inferno, eu não agüento mais tanta ignorância, briga e discussão. Foi bom até um certo tempo mas agora está insuportável.

Est.: Como vocês se conheceram?

Ela: Foi assim, nós nos conhecemos através de uma amiga, ela nos apresentou em uma danceteria e daí nós começamos a nos ver sempre e começamos a namorar. Namoramos três meses e resolvemos morar juntos. Eu já tinha três filhos do primeiro casamento e como o meu pai já estava enchendo o saco porque não queria tanta gente morando na casa dele, eu achei melhor ir morar com A.S. porque eu gostava dele e sabia que ele gostava muito de mim.

Ele aceitou as crianças numa boa e no início foi tudo ótimo, ele era um amor de pessoa.

Depois de um ano ele começou a beber demais e veio com as ignorância dele, começou a me bater e me maltratar. Daí para cá não parou mais, virou o diabo. Eu já nem me lembro mais quantas vezes ele já me bateu, já até perdi as contas.

Est.: A Sra. sempre denuncia as agressões?

Ela: No começo eu não registrava, era uma tola, mas depois eu comecei a denunciar todas. Já tenho coleção, essas que eu te mostrei são só algumas o resto eu deixei em casa, fora as que eu perdi.

Est.: A Sra. notou alguma mudança no relacionamento de vocês com o nascimento da E.(primeira filha do casal)?

Ela: Antes de eu ter a primeira filha com ele, ele já me batia e nós já brigávamos bastante, então acho que não alterou muito não.

Quando eu estava grávida da E. ele me deu um soco na barriga que eu pensei que iria perder a menina, mas graças a Deus isso não aconteceu.

Também como eu estava grávida do E.(segundo filho) ele me deu um chute e pegou na barriga. Desde que aconteceu isso eu sinto umas cólicas e tenho um corrimento com sangue e isso me deixa muito preocupada porque tenho muito medo de ter uma doença grave que não tenha cura.

Est.: A Sra. já foi procurar um médico para ver este problema?

Ela: Não, porque não consigo vaga no postinho de saúde lá perto de casa, nunca tem ficha para este tipo de médico.

Est.: A Sra. já tentou ir em algum hospital?

Ela: Não, nunca tentei.

Est.: Já houve algum tipo de agressão do seu marido com os filhos?

Ela: Já, já houve sim. Uma vez ele pegou a R. (14 anos, filha do 1º casamento) e deu com um taco na cabeça dela, a menina nem tinha feito nada, aquele homem é um louco, ele precisa é de um médico.

No R. (10 anos, também filho do 1º casamento) ele pegava o menino sem ele fazer nada e batia nele. Depois que eu comecei a registrar as agressões ele nunca mais bateu neles.

Est.: Como é o relacionamento dele com a sua família?

Ela: Não é muito bom, ele diz que eles se metem muito na nossa vida mas eu não concordo porque os meus pais moram longe e quando eles vem para cá é claro que vão na minha casa para me ver e saber como estou, mas ele não aceita porque acha que eles vão para lá para ficar enchendo a minha cabeça contra ele.

Uma vez ele botou a minha mãe para fora da nossa casa, eu fiquei muito triste, ele não tinha o direito de fazer isso.

Est.: E o seu relacionamento com a família dele como é ?

Ela: Eu me dou bem com eles, só não gosto da irmã dele que é muito fofoqueira, fica contando tudo o que acontece com a gente dentro da nossa casa. Conta tudo para todo mundo, é uma leva e traz.

Est.: A Sra. poderia me contar um pouco sobre o seu primeiro casamento? Como era o relacionamento entre vocês?

Ela: O meu relacionamento com ele era muito bom, nós nos dávamos super bem, mas depois ele começou a ficar estranho, saía de casa não falava para onde ia, passava o dia inteiro fora, eu comecei a desconfiar e passei a seguir ele.

Um dia eu segui ele e tive a prova de que ele estava realmente estranho, ele estava tendo relações sexuais com os animais da fazenda perto da nossa casa. Eu não me conformei e fui perguntar para ele o que estava acontecendo porque que ele estava fazendo aquilo. Sabe o que ele me disse, que eu estava ficando louca, ele não tinha feito nada, falou que eu estava vendo coisas. Eu não agüentei né, porque além de ter visto aquilo tudo, ele ainda mentir, não deu para agüentar, não me achei no lixo. Me separei e vim para Florianópolis, depois disso nunca mais vi ele.

Est.: E como era o relacionamento dele com seus filhos?

Ela: Era ótimo, nunca teve nenhum problema. Ele era uma pessoa ótima, a minha família toda adorava ele.

Est.: E o relacionamento íntimo entre vocês como era?

Ela: Era bom.

Est.: E com o seu atual companheiro como é?

Ela: No começo era bom, mas agora é horrível porque perdeu todo o respeito, eu também não gosto mais dele e acho que isso faz com que seja pior.

Est.: Então o que a Sra. pretende fazer daqui em diante?

Ela: Eu quero me separar, quero dar um jeito na minha vida, trabalhar, arrumar uma casinha para mim e para os meus filhos e ficar sem ninguém para me encher o saco.

Est.: Então eu vou encaminhar a Sra. para o Direito onde irão dar entrada no processo.

A Sra. acha que se eu convidasse o seu marido aqui ele viria?

Ela: Sim, viria.

Est.: Então irei mandar uma carta convite para ele, a Sra. pode entregar?

Ela: Sim, entrego.

Est.: Irei também ver se consigo encaminhar a Sra. para um atendimento no Hospital Universitário para a Sra. tratar do seu problema, pode ser?

Ela: Seria ótimo se você conseguisse.

Est.: Irei tentar entrar em contato com a Assistente Social do hospital e lhe darei um retorno na semana que vem.

Ela: Tudo bem, até mais.

Marquei entrevista com o casal para o dia 17/09 às 13:30 hrs.

RETORNO

Usuária: A.G

Companheiro: A.S

Data do atendimento: 17/09/97 - 13:30 hrs.

Sr A.S.e Sra. A. G. compareceram ao EMAJ no dia e horário combinado.

Convidei o casal, que se encontrava no corredor, para me acompanhar e entrar na sala para iniciarmos o atendimento.

Iniciei a entrevista me apresentando ao Sr. A. S. e perguntando a ele se sabia o motivo de ter sido convidado para vir ao EMAJ.

Ele: Eu sei sim, ela me contou. É porque ela quer se separar de mim.

Est.: E o que o Sr. acha da decisão dela?

Ele: Eu acho que ela está ficando louca, eu não quero me separar dela e nem das crianças.

Est.: Porque o Sr. não quer se separar?

Ele: Porque eu amo demais ela.

Ela: Não é o que parece, porque quem ama não bate na pessoa que ama.

Ele: mas tu sabes porque eu bati né?

Ela: Não, não sei.

Ele: É porque essa mulher me provoca, é só por isso que eu bato nela.

Ela: Eu provoco, tu estás ficando louco é?

Ele: Sabe o que é, as vezes eu chego em casa nem pensando em brigar, eu quero é paz, mas daí ela começa: “aonde tu andasse até essa hora vagabundo, já estavas enchendo a cara né! ” Fica me atentando a vida, até a hora que eu não agüento mais e começam as discussões, daí já viu né, ela fala alto eu mais ainda e acaba fechando o pau, mas ela também bate em mim não sou só eu não.

Ela: Eu bato muito mesmo.

Ele: Bate sim! não vem querer te fazer de santa só porque estás na frente dela, ela bate sim. Eu é que nunca denunciei, porque senão já tinha coleção de denúncia. Olha só o que ela me fez,

olha as marcas das unhas dela no meu corpo, olha as marcas de mordida. (o usuário apresentava marcas pelo corpo que pareciam mesmo ser unhas e mordidas).

Ela: Claro não, queres que eu fique parada esperando tu me matar.

Ele: Deixa de ser falsa, muitas vezes é tu que me avanças primeiro, não vem para cá com conversa. A Sra. está vendo essa mordida no meu braço, foi o seguinte: eu estava em casa e nós começamos a discutir, ela pegou o meu braço e me deu essa mordida, daí para me defender eu mordi a orelha dela, mas ela fala para todo mundo que foi o contrário.

Ela: Mas foi tudo ao contrário mesmo, eu mordi o teu braço depois que tu me mordes a orelha.

Ele: Tá bom, tá bom faz de conta que foi assim mesmo, o que importa é que eu estou com a consciência limpa.

Eu sei que dou motivos para ela querer se separar de mim, mas muitas vezes ela também tem culpa. Eu não quero me separar dela, não quero ficar longe dos meus filhos.

Est.: Mas o Sr. não deixará de ter contato e ver sempre os seus filhos é um direito seu.

Ele: Mas eu não quero me separar dela, porque eu gosto dela e sei que ela está com essas coisas na cabeça agora depois passa.

Ela: Dessa vez não passa.

Ele: Eu queria combinar com ela o seguinte, lá na minha casa tem praticamente duas casinhas independentes, então ela ficaria em uma com as crianças e eu ficaria sozinho na outra, eu acho isso o ideal porque daí eu ficaria perto da crianças.

Ela: Mas eu não aceito, porque tu queres isso, para eu continuar a ser a tua empregada? É só por isso que ele quer que eu fique lá, porque daí eu lavo as roupas dele, faço a comida e sirvo de doméstica novamente. Eu não aceito isso.

Eu não quero mais ficar contigo, tu não entende isso, eu não gosto mais de ti, eu só quero ficar com os meus filhos.

Ele: Eu sei que tu tens motivos mas eu também tenho, vamos tentar novamente.

Ela: Eu não quero mais tentar porque além de não gostar mais dele, ele vai acabar me matando. Dessa vez ele me deu dois socos no olho e da próxima vez o que será?

Est. Qual o motivo dessa última briga entre vocês?

Ela: Foi o seguinte: eu estava dentro de casa trabalhando e ele estava dentro do nosso bar que fica dentro de casa mesmo, mas na parte da frente. O som estava alto e eu fui diminuir um pouco, porque não dava nem para ficar dentro de casa. Ele é meio surdo e acha que todo

mundo tem que escutar as coisas no volume que ele quer. Daí na hora que eu mexi no som a fita que estava tocando acabou e eu esqueci de trocar então ele pensou que eu tinha desligado o som e já veio para cima de mim com toda ignorância e me empurrando. Daí começou a briga toda e ele me deu um soco no olho depois deu outro no outro olho.

Ele: Não é bem assim.

Est.: Então como foi Sr. A.S.?

Ele: Eu pedi para ela ligar novamente o som e ela disse que não iria ligar. Ela não gosta que eu fique no bar com os meus amigos, então fica enchendo o saco. Eu me irritei e fui lá brigar com ela e daí ela ficou gritando fazendo escândalo e avançou em mim, daí eu bati mesmo. Eu não gosto de escândalo é a coisa que eu mais odeio.

Ela: Como tu podes ser tão falso, é por isso que eu tenho ódio de ti seu mentiroso.

Ele: Tu é que és mentirosa.

Ela: É sempre assim quer sempre se fazer de vítima.

Ele: Eu não quero me fazer de vítima não, eu só estou falando a verdade. Eu acho é que deverias dar graças a Deus de ter me encontrado, porque além de te aceitar, aceitei teus três filhos daquele outro lá. Eu tenho é pena daquele teu ex-marido que te agüentou tanto tempo e tu ainda largasse dele e nem deixa o coitado ver os filhos.

Ela: Tu aceitasse meus filhos porque quisesses, não fosse obrigado.

Ele: Eu sei disso, mas tens que dar valor também.

Est.: Sr. A. como é o seu relacionamento com os filhos dela, do primeiro casamento?

Ele: É muito bom eu trato eles como se fossem meus filhos de sangue. As vezes eu brigo com eles e até bato (tapinhas...), mas é para educar.

Est.: E com os seus filhos?

Ele: Também é muito bom, eles são tudo para mim, eu amo eles de verdade.

Est.: E o seu relacionamento com os pais de A.G. como é?

Ele: É bom, eu gosto deles.

Ela: Tens certeza que é bom o relacionamento de vocês? porque então mandasse a minha mãe ir embora da nossa casa aquele dia?

Ele: Olha eu gosto muito deles, mas não quero que se metam na nossa vida, acho que cada um tem que cuidar da sua vida. Ela quis se meter e defender a filhinha dela então eu mandei embora mesmo.

Ela: Ela não estava se metendo só estava falando a verdade, que não era para ti bater em mim senão irias acabar sendo preso.

Ele: Se meteu sim, e tu estás defendendo ela porque queres ir lá para a casa dela e levar os meus filhos junto, mas isso não vai acontecer, porque eu não vou deixar.

Ela: Tu tens que deixar alguma coisa, eu vou e pronto. Tu vai continuar a ver as crianças, mas para isso vai ter que ir até lá, se eu resolver ir.

Eu não tenho dinheiro para alugar uma casa aqui, por isso se for preciso eu vou lá para a casa da minha mãe.

Ele: Mas eu posso te ajudar.

Ela: Eu não quero a tu ajuda.

Est.: Mas os seus filhos tem direito a receber pensão.

Ela: Mas eu não quero nada, quero me virar sozinha.

Est.: Mas a Sra. tem que pensar nos seus filhos, é um direito deles.

Ela: Eu sei, mas por enquanto eu não quero nada dele.

Ele: Viu como ela é não aceita nada.

Est.: O que a Sra. pretende fazer então?

Ela: Eu vou me separar, procurar um emprego, botar as crianças na creche e me virar. Eu tenho um dinheirinho que dá para me virar.

Ele: Então faz o que tu achares melhor eu não quero mais nem saber. (sai da sala por alguns minutos, volta, abre a porta e fala: mais tarde nós conversamos e eu já dou um fim para essa palhaçada, sai novamente).

Eu tento chamar o usuário para voltarmos a conversar mas ele não aceita e vai embora.

Sra. A.G. me entrega os documentos que os estagiários do Direito pediram e diz que irá dar continuidade ao processo. Informo a ela que deverá aguardar e entregar os documentos para a equipe que lhe atendeu.

Pedi para Sra. A.G. entrar em contato comigo na semana seguinte para conversarmos.

Dei um cartão com o nome e n° do telefone.

Sra. A.G. não ligou e não compareceu no EMAJ.

Enviei uma carta (pois a usuária não possui telefone) pedindo que entrasse em contato comigo. Não obtive resposta.

ENTREVISTA II

01- IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO

Nome da Usuária: S. E

Estado Civil: concubinato (União estável)

Tempo de união: 6 anos

Profissão/ Ocupação: Desempregada

Escolaridade: 1º grau incompleto.

Data de nascimento: 12/03/74

Data da entrevista: 26/03/97.

Motivo da entrevista: Dissolução da sociedade de fato

Entrevistada/ estagiária : Heliane de Lima

Plantão Social nº : 342/97

02 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	ESCOL.	PERENT.	IDADE	OCUP.	SALÁRIO
M.G	1º Incomp.	Companheiro	36 anos	Jardineiro	R\$ 500,00
M.G	Creche	Filho	5 anos	-	-

03 - SITUAÇÃO HABITACIONAL

Tipo de casa: Madeira

Situação: Própria

Após ser atendida na triagem Sra. S. foi encaminhada para o Plantão Social onde dei início ao atendimento me apresentado e iniciei a entrevista perguntando:

Est.: Qual o motivo que fez a senhora vir até o EMAJ?

Ela: É que eu quero me separar, não agüento mais o meu marido.

Est.: Porque a Sra. não agüenta mais o seu marido? O que está acontecendo?

Ela: É o seguinte: nós brigamos demais e nessas brigas quase sempre ele me bate. Nós já estamos juntos há seis anos e sempre brigamos assim.

Est. E durante o namoro como era o relacionamento de vocês?

Ela: O nosso namoro foi pouco tempo, nós namoramos só dois meses, depois eu engravidei. Ficamos morando um tempo na casa da minha mãe, mais ou menos uns seis meses, depois construímos uma casinha e fomos morar lá.

Est. Durante o período que vocês moraram com a sua mãe ele agrediu a Sra.?

Ela: Sim, ele me agrediu umas duas vezes e eu estava grávida. No início quando nós nos conhecemos ele não era agressivo não. Nos dois meses de namoro nós nem brigávamos, mas em compensação depois...

Est. Quais os motivos das brigas entre vocês?

Ela : São vários. É o ciúme que ele sente pôr mim, também pôr causa da minha filha (do outro relacionamento) ele fica com raiva dela, fica falando do meu ex (pai dela), uma coisa que eu nem penso mais. (A filha da usuária mora com a mãe dela desde que nasceu). Mas o principal motivo mesmo é ele ser alcoólatra e maconheiro, eu não admito. Quando ele sai e fica bebendo com os amigos de serviço, sempre na volta fuma com os meus vizinhos, todos eles fumam e bebem como uns loucos.

Est.: Seu marido costuma sair sempre?

Ela: Não, só nos finais de semana, geralmente nas sextas, porque ele sai do serviço e já fica pôr lá mesmo vendo o jogo.

Est.: Quando ele sai , costuma chegar tarde?

Ela : Sim e é pôr isso que começa as brigas, pôr que eu começo a falar, ele não gosta e daí começa o bate boca.

Est.: Vocês não saem juntos?

Ela: Muito difícil, pôr causa seus do meu filho, não tenho onde deixar ele, daí o M. sai e eu fico em casa.

Est.: Como é o relacionamento íntimo entre vocês?

Ela: Antes era bom, mas agora é péssimo. Eu nem estou dormindo com ele, durmo com meu filho. Nesses últimos dias nós nem temos relação.

Est.: Como é o relacionamento do seu marido com o filho? (O casal tem um filho de 5 anos)

Ela: É bom, eles se dão super bem, disso eu não posso falar porque ele é um ótimo pai.

Est.: O seu marido já agrediu alguma vez o filho ?

Ela: Não, nunca.

Est.: E como é o relacionamento dele (marido) com a sua filha (do outro relacionamento)?

Ela: Não é muito bom não, ele não gosta muito dela. Ele tem muito ciúmes do meu ex pôr isso desconta nela.

Est.: Ele já agrediu sua filha alguma vez?

Ela: Não, só briga, mas bater não.

Est.: Porque a sua filha não mora com vocês?

Ela : É porque desde que ela nasceu ela morava lá com a mãe e eu resolvi deixar ela lá quando saí da casa da mãe. (antes de morar com o companheiro atual, a usuária sempre morou com a sua mãe), Eu já tentei trazer ela para morar conosco mas não deu certo.

Est.: Como era o seu relacionamento com o seu ex companheiro?

Ela: Era normal, nós nos dávamos bem, mas quando eu engravidei não quis mas saber de mim e me deixou sozinha. Nós nunca chagamos a morar juntos. Eu não gostava muito dele não e nem fiz muita força para voltarmos.

Est.: Ele costuma ver a filha?

Ela: Não, ele nunca vê a menina.

Est.: Como é o seu relacionamento com a família do ex?

Ela : Eu não tenho contato nenhum com eles.

Est.: E com a família do seu companheiro atual, como é o relacionamento?

Ela : Com os irmãos é tudo bem, com a mãe dele é péssimo porque ela é muito metida e vive se metendo na nossa vida, nem o meu marido se dá com ela. Com o pai dele é bom.

Est.: E o relacionamento dele com a sua família como é?

Ela: É tudo bem ele se dá com todo mundo, principalmente com a minha mãe ele gosta muito dela, as vezes dá alguma briga, mas é pouco.

* Durante a entrevista a usuária permaneceu de óculos e pude perceber que olhos estavam inchados e roxo. Como a usuária não comentou nada resolvi perguntar a ela o que tinha acontecido?

Ela: Foi ele aquele grosso, pegou um pedaço de bambu e bateu nos meu rosto. Mas dessa vez não deixei pôr menos, peguei uma faca e cortei a perna dele. Foi horrível veio polícia e tudo. Ele levou uns vinte quatro pontos na perna.

Est.: Mas qual foi o motivo?

Ela : Foi o seguinte, ele chegou tarde daí eu fui perguntar porque que ele chegou aquela hora e percebi que ele estava com cheiro de maconha, daí comecei a falar um monte de coisa para ele e ele começou a me ofender a me chamar de vagabunda de tudo que a que possas imaginar, daí ele começou a partir para a ignorância, me empurrou e daí pegou um bambu e bateu no meu rosto com tudo, eu não contei tempo, para me defender, peguei a faca e daí deu nisso.

Est.: A Sra denunciou entre a agressão?

Ela : Só para a polícia que foi lá em casa.

Est.: A senhora já foi alguma vez na delegacia de mulheres para denunciar as agressões?

Ela: Não.

Est.: Quando acontecer as agressões a Sra. precisa denunciar, é um direito seu.

Est.: Já aconteceu outras vezes esse tipo de briga vocês?

Ela : Não, desse tipo nunca é a primeira vez. Nós brigamos muito mas geralmente é só empurrão coisas assim, nunca com essa violência toda.

Est. A senhora tem certeza que quer se separar?

Ela: Sim, tenho certeza.

Então eu vou encaminhar a senhora para o Direito onde será dado entrada no processo de separação. E vou mandar uma carta convidando o Sr. M. para vir até aqui no EMAJ para nós conversarmos, a Sra. concorda?

Ela: Sim, concordo.

Encaminhei a Sra. S. para o Direito e marquei entrevista com o Sr. M.G. para o dia 31/03/97 - segunda-feira às 14:00 hrs. * A carta será entregue pôr ela em mãos.

RETORNO

Usuária: S.E

Companheiro: M. G.

Escolaridade: 1º grau incompleto.

Estado civil: União estável.

Profissão: Jardineiro

Idade: 36 anos

Data da entrevista: 31/03/97.

O companheiro de Sra. S.E., Sr. M.G. compareceu no horário e data combinados, ela não veio junto. Iniciei a entrevista me apresentando e perguntando a ele se sabia o motivo de ter sido convidado para vir ao EMAJ?

Ele: Sim eu sei, é a minha mulher que veio aqui pedir a separação.

Est.: E o que o Sr. acha disso?

Ele: Eu acho péssimo, porque eu não quero me separar dela.

Est.: Porque o Sr. não quer se separar?

Ele: Porque eu gosto muito dela.

Est.: Como está o relacionamento entre vocês?

Ele: Está muito ruim, porque nós estamos brigando muito.

Est.: Qual o motivo de tantas brigas?

Ele: É porque no final de semana passado depois do serviço, eu fui com os meus amigos do serviço ver um jogo de futebol e depois do jogo nós ficamos tomando cerveja. Depois de algum tempo é que eu percebi que já eram 11:30 da noite e falei para eles que eu tinha que ir embora. Cheguei em casa 12:30 mais ou menos e ela já começou com ignorâncias me xingando, porque eu estava na rua até aquela hora. Ela me perguntava o que eu estava fazendo e eu falava mas ela não acreditava, daí ela começou a me xingar muito então eu dei um empurrão nela e em seguida ela pegou uma faca e veio para cima de mim e me cortou todo.

Para me defender eu peguei um bambu e bati sem querer no rosto dela a minha intenção era só assustar mas acabou pegando nela. Deus me livre eu não queria machucar ela.

Est.: Sr. M. este foi o motivo da última briga né?

Ele: Sim.

Est.: Mas o senhor poderia me dizer quais os motivos de vocês brigarem tanto?

Ele: São na maioria parecidos com esse que acabei de contar, é porque eu sempre saio depois do serviço como os meus amigos de lá e ela me enche o saco pôr causa disso. E também pôr outras besteiras.

Est.: Que outras besteiras? Por exemplo.

Ele: Ciúme também e outras discussões bobas.

Est.: O Sr. tem ciúmes dela?

Ele: Tenho.

Est.: Porque ?

Ele: Porque eu gosto dela. E acho que sentir ciúmes da pessoa que agente gosta é normal.

Est.: O Sr. usa drogas?

Ele: Só de vez em quando. É muito difícil.

Est.: Que tipo de drogas?

Ele: Maconha.

Est.: E as suas brigas ocorrem geralmente quando o senhor fumá maconha?

Ele: sim , geralmente, porque ela não gosta que eu fumê.

Est.: Sr. Mário o senhor esta sentindo que a sua esposa não está disposta a ficar com o senhor nessa situação não é?

Ele: Sim, eu estou sentindo, mas eu vou melhorar eu já prometi para ela eu vou parar de fumar e de beber também. Para falar a verdade eu já estou até com nojo de bebida e de maconha.

Est.: Vocês chegaram a conversar depois que ela veio aqui no EMAJ ?

Ele: Sim nós conversamos e foi aí que eu prometi que pararia de beber e fumar. Eu não quero me separar eu preciso muito dela.

Est.: Então o Sr. está disposto a parar de beber e fumar pôr causa dela, é isso?

Ele: Sim é isso mesmo. Eu também vou parar por causa do meu filho ele não pode conviver em um ambiente assim, isso não faz bem para ele nem para ninguém.

Est.: E a sua esposa o que falou?

Ele: Ela falou que irá dar uma nova chance, mas antes era para mim vir conversar com você.

Est.: Ela falou que irá dar uma nova chance ao Sr. ?

Ele: Sim, ela falou inclusive que vai dar baixa no processo de separação.

Est.: Ela falou isso?

Ela: É ,ela falou que vai pensar até quarta-feira que é quando ela tem atendimento aqui.

Est.: Vocês já conversaram bastante sobre o relacionamento de vocês, como está , o que está acontecendo, o que vocês tem que fazer para melhorar?

Ele: sim conversamos.

Est.: Então Sr. M. eu posso marcar um outro atendimento para a semana que vem para nós três juntos, eu o Sr. e a Sra. S.E. conversarmos mais um pouco?

Ele: Sim pode.

Então marquei atendimento para dia 02/04/97 Quarta-feira às 13:30 hrs.

* No dia 02/04/97, a Sra. S. me procurou sem o companheiro para falar que queria cancelar o processo de separação e que eles estavam se dando bem.

Perguntei para ele se eles (ela e o companheiro) não poderiam vir na semana seguinte para que nós possamos ter um acompanhamento do caso. Ela concordou de vir na próxima quarta-feira dia 09/04/97 às 13:30.

* A usuária não compareceu no dia do atendimento marcado, irei entrar em contato com ela através de carta pois não possui telefone.

* Enviei carta no dia 17/04/97 - Não recebi retorno.

ENTREVISTA III

01- IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO

Nome da Usuária: N.F.

Estado Civil: Casada

Tempo de união: 10 anos

Profissão/ Ocupação: Diarista

Escolaridade: 1º grau incompleto.

Data de nascimento: 23/12/62

Data da entrevista: 20/10/97.

Motivo da entrevista: Requer separação

Entrevistada/ estagiária : Heliane de Lima

Plantão Social nº : 342/97

02 -COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	ESCOL.	PERENT.	IDADE	OCUP.	SALÁRIO
J.C.	1º Incomp.	Companheiro	34 anos	Desempreg.	-
J.A.	1º Incomp.	Filha	10 anos	Estud.	-
J.A.	2º Incomp.	Filha	8 anos	Estud.	-
J.A.	Pré- esscol.	Filha	7 anos	Estud.	-

03 - SITUAÇÃO HABITACIONAL

Tipo de casa: Madeira

Situação: Própria

Sra. N. F. foi atendida na triagem, pela estagiária Silvana, que encaminhou o caso para o Plantão Social.

Iniciei a entrevista perguntando qual foi o motivo que a fez vir procurar o EMAJ.

Ela: É porque eu quero legalizar a separação, não dá mais para viver com aquela homem.

Est.: Porque não dá mais?

Ela: É porque ele bebe muito e quando bebe perde a cabeça, vira outra pessoa, me agride, agride as crianças, faz escândalo, é um louco.

Uma coisa que eu também não aturo é porque ele não trabalha e eu é que tenho que sustentar tudo sozinha, cuidar das crianças, alimentação, escola, é tudo comigo. Enquanto isso ele fica vagabundiando por aí.

Além de tudo o que eu faço, ainda tenho que ficar aturando desaforos daquele malandro, alcoólatra. Ele sim é que fica vagabundiando, não faz nada e ainda fica enchendo o saco, pedindo dinheiro para comprar bebida.

Est. O seu marido sempre bebeu?

Ela: Sempre, mas no início, quando eu conheci ele não sabia que ele bebia tanto.

Est.: E como foi o relacionamento de vocês antes de casar?

Ela: Foi bom, nós nos conhecemos em um baile e começamos a namorar, namoramos um tempo (mais ou menos quatro meses) e eu engravidei, resolvemos então morar juntos.

No primeiro ano de casamento foi tudo bem, tudo às mil maravilhas até que começou com a bebedeira e as loucuras dele. Você acredita que ele vendeu tudo dentro da minha casa, tudo que eu comprei com o meu dinheiro, geladeira, fogão, tudo. Ele vendeu e comprou um carro. São por essas e outras que eu não suporto mais aquele homem. Nós já estamos casados há dez anos e eu agüentei tudo, mas agora não dá mais. Esse casamento não foi o que sonhei para mim.

Est.: Existe agressão física no relacionamento de vocês?

Ela: Existe sim, ele já me bateu, não pra valer, mas de vez em quando ele bate. (Soco, tapa, empurrão...)

Est. A Sra. já denunciou alguma agressão?

Ela: Não, eu nunca denunciei.

Est.: Porque a Sra. nunca denunciou?

Ela: Porque eu sempre dizia para ele, da próxima eu denuncio! Na próxima eu denuncio! e nunca denunciava. Eu sou uma tola mesmo. Mas, também eu não denunciava porque não queria expor minhas filhas a essa vergonha, vamos que ele fosse preso.

Est.: Existe agressão física com as filhas?

Ela: Não ele quase nunca bate nelas, é só coisa normal, tapinhas, coisas assim...Mas as meninas tem medo dele, porque as vezes ele é brabo com elas. Mas, apesar de terem medo, elas gostam quando ele brinca com elas, ficam contentes, acho que elas gostam bastante dele, porque ele é brabo, alcoólatra, mas é um bom pai.

Est.: Além da bebida o seu marido usa algum tipo de drogas?

Ela: Não, que eu saiba não, mas já cheguei a desconfiar, porque ele estava estranho, só queria dormir, andava sempre com os olhos vermelhos, eu fiquei bem desconfiada. Daí sabe o que eu fiz para tirar minha dúvida, contratei um menino para vigiar ele, mas ele não viu nada e nem eu descobri nada, por isso não posso afirmar que ele usa, mas que eu desconfio, desconfio.

Est. E o relacionamento íntimo entre vocês?

Ela: Agora piorou bastante, mas antes era bom. Eu não consigo ir para a cama e esquecer de tudo o que acontece entre nós. Eu fico pensando nas coisas que ele me faz, não dá para encarar numa boa.

Est.: O que a Sra. sente pelo seu marido?

Ela: Olha eu já gostei muito dele, derrepente é por isso que eu agüentei tanto tempo junto com ele. Mas agora, eu acho que não sinto mais nada, para mim é como se ele fosse um amigo. As vezes o que eu sinto é pena dele.

Est.: A Sra. tem contato com os pais dele?

Ela: É muito raro.

Est.: E como é o relacionamento entre vocês?

Ela: É bom, nunca tivemos problemas.

Est.: E como é o relacionamento dele com os seus pais?

Ela: O meu pai até que gosta dele, mas a minha mãe não, mas também não trata mal. Eles quase não tem contato, porque a minha família é do interior.

Est.: O que a Sra. pretende fazer então, diante desta situação?

Ela: Eu quero mesmo me separar e ficar com as minhas filhas, não quero mais viver com ele.

Est.: A Sra. acha que se eu convidasse ele para vir aqui, para conversarmos nós três, ele viria?

Ela: Eu acho que não, mas eu posso tentar.

Est.: Posso marcar para que dia?

Ela: Tanto faz, ele não trabalha mesmo. Eu dou um jeito.

Est.: Então marcarei para o dia 27/10/97, segunda-feira, às 14 hrs. pode ser?

Ela: Pode.

Est.: Então até segunda.

Ela: Até lá.

* A usuária não compareceu no dia e horário combinados. Liguei para ela várias vezes deixando recado para me ligar. Não recebi retorno.

DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome do Aluno: Heliane de Lima

Matrícula: 9421609-6

Ano do desenvolvimento do **Estágio I**: 1996 Semestre: Segundo

Nome e local do estágio: Escritório Modelo de Assistência Jurídica/UFSC

Nome da supervisora da instituição: Regina Célia Tamaso Mioto

Nome da supervisora da UFSC: Regina Célia Tamaso Mioto

Número de horas desenvolvidas: 216

Ano do desenvolvimento do **Estágio II**: 1997 Semestre: Primeiro

Nome e local do estágio: Escritório Modelo de Assistência Jurídica/UFSC

Nome da supervisora da instituição: Regina Célia Tamaso Mioto

Nome da supervisora da UFSC: Regina Célia Tamaso Mioto

Número de horas desenvolvidas: 216

Ano do desenvolvimento do **Estágio III**: 1997 Semestre: Segundo

Nome e local do estágio: Escritório Modelo de Assistência Jurídica/UFSC

Nome da supervisora da instituição: Regina Célia Tamaso Mioto

Nome da supervisora da UFSC: Regina Célia Tamaso Mioto

Número de horas desenvolvidas: 216

Coordenadora de Estágio/DSS/CSE/UFSC